

## **INTRODUÇÃO**

## 1. Considerações prévias

Professora de Direito e Ética do Departamento de Filosofia da Universidade de Chicago e enquadrada pelo pragmatismo, Martha Nussbaum assume que a teorização filosófica tem um valor prático e político, o que se comprova quer na sua empenhada vida intelectual e social, quer no diálogo estabelecido entre a filosofia e outras áreas. Neste contexto, com uma formação clássica, uma visão universalista e marcadamente em oposição com o discurso dominante, a sua actividade académica centra-se num eixo que inclui o estudo das implicações da teoria da justiça no mundo global, a relação entre a teoria feminista e a superação das discriminações e, por via da colaboração com o economista Amartya Sen, a correlação do desenvolvimento com a ética. O desenvolvimento surge como um dos conceitos mobilizadores do pensamento de Martha Nussbaum, pois é condição para o bem-estar da humanidade, o que significa, no mínimo, a garantia dos direitos sociais básicos e a eliminação de privações de liberdade limitadoras das escolhas e das oportunidades.

O conceito de desenvolvimento articula-se com o de “abordagem capacitante”, quer dizer, com a capacidade de manter uma vida expectante, uma vida empenhada politicamente na mudança social e económica, uma vida aberta ao mundo, uma vida capaz de confiar no incerto, uma vida com consistência ética. Mas a ética é, para Martha Nussbaum, como uma planta: a sua beleza é inseparável da sua fragilidade. Assim a interacção entre desenvolvimento e ética não se fixa num código de conduta, mas revela-se na capacidade de diálogo entre a esperança, a justiça e a compaixão; diálogo de que se deve cuidar a todo o momento. Há então que perguntar, usando palavras da filósofa: como se pode ver o mundo através das diversas lentes da vulnerabilidade? Como se evita a erosão das qualidades essenciais à democracia? A resposta também é da filósofa: cultivando a imaginação narrativa – que nos permita colocar no lugar do outro –, o pensamento crítico de si mesmo – “olhos interiores” –, e o ideal de cidadão/cidadã do mundo. Este conjunto de competências (imaginativa, racional e relacional) a desenvolver, devem constar nos programas educativos, e ser assumidos por uma educação liberal. Cabe

a uma educação liberal, a criação de uma comunidade crítica e imaginativa capaz de ir além das barreiras que desrespeitam a diversidade da humanidade, excluam as minorias e neguem o bem-estar oferecido pela liberdade, justiça e direitos sociais básicos.

À luz desta leitura introdutória, procuraremos compreender quais as condições que possibilitam a cada ser humano pensar, tomar decisões e deliberar sobre o bem comum, atendendo ao papel da educação, e elegendo a questão da condição das mulheres para abordar a relação entre capacitação e desenvolvimento.

Para a realização do nosso projecto, o trabalho centra-se fundamentalmente na análise de duas obras da filósofa Martha Nussbaum: *Las mujeres y el desarrollo humano: el enfoque de las capacidades* e *El cultivo de la humanidad: una defensa clásica de la reforma en la educación liberal*<sup>1</sup>. O critério de decisão teve em consideração o facto de estes livros abordarem o problema da educação numa perspectiva simultaneamente geral – a educação humanista – e particular – a educação das mulheres. Outros livros, como *Teorias da Justiça*, que aborda a questão da exclusão num âmbito mais alargado, não foram tomados como foco principal para o nosso estudo, por não tratarem directamente o problema da educação.

O objectivo deste trabalho consiste principalmente em demonstrar como o pensamento filosófico da autora oferece bases para garantir a todos os indivíduos o acesso a uma educação adequada, quer dizer, uma educação que possibilite o desenvolvimento pessoal e social, que salvaguarde os valores democráticos e proporcione uma vida digna a todos os seres humanos.

Para concretizar o objectivo expresso, na primeira parte do trabalho apresenta-se o percurso intelectual, profissional e pessoal da filósofa. Visa-se mostrar como as suas questões e propostas estão intimamente relacionadas. Tomaremos em linha de conta a sua experiência profissional e vivência pessoal, para contextualizar o interesse manifestado

---

<sup>1</sup> Os títulos apresentados correspondem, respectivamente, às traduções de Roberto Bernet para o livro *Las mujeres y el desarrollo humano: el enfoque de las capacidades* (Barcelona: Herder, 2002) e de Juana Pailaya para *El cultivo de la humanidad: una defensa clásica de la reforma en la educación liberal* (Barcelona: Andrés Bello, 2001). A opção pelas traduções deveu-se à nossa familiaridade com a língua espanhola, todavia teve-se sempre em atenção os originais em inglês: *Women and Human Development: The Capabilities Approach*, (Cambridge: University Press, 2000) e *Cultivating Humanity: A Classical Defence of Reform in Liberal Education* (Cambridge: Massachusetts and London, Harvard University Press, 1997). O texto em espanhol será remetido para as notas de rodapé, sempre que seja traduzido para português. A tradução é da nossa responsabilidade.

pelo problema da educação e compreender a sua proposta a favor do desenvolvimento humano.

Por sua vez, na segunda parte, partiremos de um pressuposto de Martha Nussbaum, que enunciamos nos seguintes termos: a capacitação é mobilizadora do desenvolvimento e adquire-se pela educação. Sem a sensibilização dos governantes para esta relação, o mundo continuará a pautar-se pela exclusão social, cultural e económica.

Na terceira e última parte, iremos focar-nos numa das modalidades de exclusão mais persistentes e que é, para nós, a discriminação das mulheres em relação aos homens. Procuraremos mostrar como a educação pode promover a capacitação que derruba as paredes do cárcere onde a sociedade tem encerrado as mulheres. A educação liberal, na medida em que promove o cultivo da humanidade, visa proporcionar as ferramentas essenciais para retirar as mulheres da sombra da vida socio-política e económico-cultural, dando-lhes visibilidade como participantes activas na comunidade em que estão inseridas.

A escolha de Martha Nussbaum deve-se ao facto da autora ter elegido para reflexão filosófica, na sequência da sua formação intelectual e até do contexto familiar em que foi educada (proibição de se dirigir a empregados domésticos de raça negra), as condições desiguais em que o ser humano se encontra e de, pragmaticamente, propor soluções possíveis para ultrapassar as situações de má vulnerabilidade que afectam os diferentes indivíduos e grupos de indivíduos nas diversas sociedades e culturas.

Procuraremos acompanhar, quer a reinterpretação que Nussbaum faz da Teoria da Justiça de John Rawls, quer as críticas dirigidas a Allan Bloom e a Judith Butler – nestes casos, por considerar que entram na concretização dos valores de justiça, liberdade e igualdade. Se só a filosofia pode, em termos universais e radicais, disponibilizar propostas abertas para uma nova condição da vida humana, cabe à educação capacitar para viver em justiça, liberdade e igualdade.

Uma vez delineado o âmbito do nosso trabalho académico, importa agora referir a metodologia adoptada.

Qualquer projecto de investigação deve estar sustentado por uma metodologia bem estruturada. A metodologia representa o conjunto de técnicas e estratégias que não só permitem a abordagem dos materiais de estudo, como também servem para a elaboração de

um estudo. Neste sentido, após a definição do objecto de estudo, decidimos a metodologia a aplicar para que os objectivos propostos pudessem ser alcançados.

Depois de ter sido definido que o desenvolvimento humano, a educação e a discriminação de género constituíam o núcleo conceptual que serviria a questão motora e objecto da investigação – como é que cada indivíduo é um ser capaz de pensar, tomar decisões e de deliberar sobre o bem comum –, estabeleceram-se os objectivos do trabalho.

Tendo como referência a obra de Martha Nussbaum, precisamente *Las mujeres y el desarrollo humano: el enfoque de las capacidades* e *El cultivo de la humanidad: una defensa clásica de la reforma en la educación liberal*, procurámos fixar dois objectivos: primeiro, dar a conhecer o contributo de Martha Nussbaum para o diálogo internacional e interdisciplinar sobre o desenvolvimento humano; segundo, mostrar como o desenvolvimento humano, assente na ideia de democracia, não pode deixar de considerar propostas superadoras da desigualdade discriminadora, seja de ordem cultural, social, económica e política, e que tem sido aceite como *inerente* à existência humana.

Na preparação da dissertação desenhámos o seguinte percurso de pesquisa textual: numa primeira fase, e durante aproximadamente cinco meses, procurar informação relativamente ao tema escolhido e avançar leitura selectiva. Foram identificados os temas chave que deveriam modelar o estudo, tais como a educação, as mulheres, a democracia, a filosofia e o desenvolvimento humano. Depois desta fase mais convulsa, de muitas decisões e indecisões, passou-se ao estudo concentrado nas obras de Martha Nussbaum e em livros e artigos relacionados, alguns disponíveis na *internet*. O discurso da filósofa norte americana permite tornar visível o que é invisível ou o que se pretende manter na invisibilidade. Neste sentido, e atendendo ao procedimento próprio da pesquisa textual, estudar as obras de Martha Nussbaum concorda inteiramente com o que alguns metodólogos defendem como determinante na pesquisa para a elaboração de uma dissertação: “[...] tornar visível o invisível, definir padrões e conferir significados aos tipos de observações que normalmente são efectuados pelos investigadores sociais quando estudam as sociedades e culturas”<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> MOREIRA, Carlos (1994). *Planeamento e Estratégias de Investigação Social*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, p. 14.

O levantamento bibliográfico efetuado teve lugar em vários locais, havendo que mencionar a Biblioteca Geral da Universidade Évora, a Biblioteca Municipal de Évora e a de Estremoz. Embora o período de maior intensidade de pesquisa tenha ocorrido nos primeiros cinco meses do cronograma estabelecido pessoalmente, a pesquisa foi-se prolongado ao longo da elaboração do estudo, sempre que surgiam dúvidas ou novas questões que importava abordar.

A metodologia adoptada é de tipo qualitativo, (se quisermos usar uma terminologia convencional), baseada na leitura interpretativa dos textos, a fim de responder à questão inicialmente colocada. Procurou-se sempre alargar, de forma sistemática, o conhecimento das temáticas em abordagem.

## 2. Apontamentos biográficos sobre Martha Nussbaum

Pareceu-nos pertinente introduzir no nosso trabalho este pequeno apontamento, que poderíamos até intitular de “Apontamentos autobiográficos”, uma vez que a autora tem dado várias entrevistas onde traça, ou é traçado, o seu perfil intelectual. Todavia, é nossa pretensão dar lugar às palavras da autora, articulando-as com as de comentadores, e deixando que expressem as motivações, influências e preocupações que determinaram o seu pensamento filosófico.

Apesar de ter formação em letras clássicas e filosofia, os seus interesses estenderam-se muito além deste âmbito de formação. De facto, “el núcleo de sus reflexiones gira en torno a la vulnerabilidad humana”<sup>3</sup>. Na maioria das suas obras o tema principal é a vulnerabilidade, bem como as formas de a combater.

*El tema común es la vulnerabilidad humana, o la vulnerabilidad en general. Trabajando sobre las emociones y sobre la tragedia, siempre he pensado las emociones como un reconocimiento de los modos en que somos vulnerables cuando nos relacionamos con los demás y con todo aquello que está fuera de nuestro alcance o sobre lo que no tenemos control. La pregunta que entonces surge es: ¿qué formas de vulnerabilidad son buenas – para la vida de cada persona – y cuáles deberíamos tratar de eliminar? En este punto, mi pensamiento sobre la justicia conecta con la filosofía política. El enfoque de las capacidades es un intento de promover oportunidades para la búsqueda de formas buenas de vulnerabilidad, como el amor, la amistad, la carrera profesional [...], y de evitar las formas malas, tales como la violencia física, el hambre y tantas otras. Este es, tal vez, el modo más sencillo de definir el hilo conductor de mi pensamiento [...]*<sup>4</sup>.

Assumindo que o conceito de vulnerabilidade, seja ele positivo ou negativo, funciona como fio condutor do seu pensamento, Martha Nussbaum acrescenta o ideal de

---

<sup>3</sup> NUSSBAUM, Martha (2011). *Libertad de conciencia: el ataque a la igualdad de respeto + "Vivir en democracia implica respetar el derecho de las personas a elegir estilos de vida con los que no estoy de acuerdo"*. (Entrevista de Daniel Gamper Sachse) [traducción de Patricia Soley-Beltran] Buenos Aires/Madrid: Katz editores.

<sup>4</sup> [www.barcelonametropolis.cat](http://www.barcelonametropolis.cat)

dignidade como o horizonte da vida política. É neste sentido que Daniel Sachse afirma que a autora:

*[...] combate la imagen del ser humano como aquel que persigue sus propias finalidades y que colabora con los otros en pos del beneficio mutuo. Si, como, propone, se presta atención a la necesidad que tienen las personas de evitar el dolor y la enfermedad, y a la importancia de la integridad física, el amor e el confort, la teoría política estará en situación de realizar con mayor plenitud el ideal de dignidad que la inspira<sup>5</sup>.*

Outros conceitos fundamentais para Martha Nussbaum são a integração do estudo das humanidades nos currículos escolares, e a capacitação. A autora apresenta-os como sendo necessários para a construção de uma “boa” humanidade:

*Hoy necesitamos las humanidades como siempre, porque todavía precisamos cultivar nuestra capacidad de respeto mutuo, de comprensión y de compasión, y esta ha sido la contribución que las humanidades han hecho siempre a la educación. Volviendo a Sócrates, él comprendió que, para que la democracia sobreviviera, había que capacitar a las personas para cuestionar y examinar de forma rigurosa sus propios argumentos, y sustraerlos a la retórica de los políticos. Los griegos tuvieron que aprender a argumentar y a debatir juntos, y ese es un modo de crear una cultura pública basada en el respeto más que en la autoridad o en la tradición.*

Pensando as democracias modernas a partir do princípio da democracia ateniense, Nussbaum afirma, linhas adiante: “Ahora bien, en las democracias modernas hay mucha retórica por todas partes. En Estados Unidos tenemos a esos personajes de la radio y la televisión que no paran de emitir mensajes que se supone que hay que seguir” (*Idem*).

Trata-se de uma crítica que adverte para o risco que corre a juventude actual, ou seja, o risco da perda de independência e a instalação de regimes ditatoriais.

*Esta Solo si la juventud entiende cómo criticar esos juicios y cómo hallar premisas correctas y argumentos válidos podrá sostener la esperanza de ejercer una ciudadanía independiente. Si los ciudadanos no son independientes, no podemos hablar de democracia, sino, en todo caso, de alguna forma de fascismo o de totalitarismo.*

---

<sup>5</sup> NUSSBAUM, Martha (2011). *Libertad de conciencia: el ataque a la igualdad de respeto + "Vivir en democracia implica respetar el derecho de las personas a elegir estilos de vida con los que no estoy de acuerdo". (Entrevista de Daniel Gamper Sachse)* [traducción de Patricia Soley-Beltran] Buenos Aires/Madrid: Katz editores.

É neste contexto que a introdução das humanidades na educação se afigura urgente, enquanto fomento da empatia. O conceito de empatia é, para a autora, uma das capacidades mais importantes, pois esta é a capacidade que confere ao ser humano a possibilidade de assumir a perspectiva do outro.

Contudo, esta capacidade, apesar de estar latente em cada ser humano, necessita de ser desenvolvida pela educação:

*Por ello es urgente el debate sobre las humanidades; lo necesitamos en la misma medida que la capacidad de empatía, de entender la experiencia de quienes son diferentes a nosotros. Todos los seres humanos nacen con esta capacidad básica – y ahora sabemos que incluso los simios y otros animales poseen esta capacidad de asumir la perspectiva del otro –, pero hay que desarrollarla mediante la educación.*

Qual é a mais-valia de uma educação humanista? Qual a sua utilidade para uma sociedade tecnológica e financeira? Martha Nussbaum responde:

*Qué hacen las humanidades? Te emplazan a ocupar posiciones diferentes a las propias. Cuando lees una novela o un poema te estás entrenando en simpatía. Y si careces de este entrenamiento, ¿cómo entenderás realmente los problemas con que lidian las sociedades? ¿Cómo sabrás de qué modo una determinada ley afectará a un grupo minoritario? Ahora bien, las humanidades también son buenas en sí mismas, son divertidas e iluminan nuestra vida de diversos modos. Pero donde quise centrarme fue en la democracia; incluso quienes no consideran divertidas las humanidades pueden compartir el deseo de que la democracia persista<sup>6</sup>.*

É nesta perspectiva de empatia dilatadora do horizonte de compreensão dos problemas humanos e sociais que podemos concluir que as humanidades são a condição necessária para que a democracia permaneça.

*A competição crescente entre as nações no mercado global, aliada à recente crise econômica, faz com que os políticos em praticamente todos os países pensem a educação em termos de reparos de curto prazo: ela é tomada como uma maneira de produzir lucro rápido para a indústria. Os governos sequer estão pensando bem, no entanto, a respeito daquilo que cria uma cultura de negócios saudável a longo prazo. Até mesmo nações como China e Singapura sabem que as humanidades estimulam a imaginação e o pensamento crítico, gerando inovação e ambientes de trabalho mais saudáveis. Mas os políticos hoje certamente não estão preocupados com a saúde a longo prazo da cultura política democrática,*

---

<sup>6</sup> [www.barcelonametropolis.cat](http://www.barcelonametropolis.cat)

*que depende de maneira central do pensamento crítico e da imaginação empática. Os “sinais” dessa crise são cortes nas humanidades e nas artes na maioria dos países, principalmente em instituições com financiamento público*<sup>7</sup>.

A educação humanista é, por isso, o motor que saudavelmente conserva e inova a sociedade. Martha Nussbaum tem estado sempre atenta à política e à concretização das medidas educativas decorrentes que, ao menor sinal de crise, regridem de imediato. Mas, durante muito tempo, perguntou-se em que deveria constar o estudo das humanidades; ao que, Martha Nussbaum procura responder da seguinte forma:

1) distinguindo-a da conotação negativa associada (elitismo)

*A educação em humanidades costumava ser uma espécie de cultivo elitista para o “cavalheiro” (gentleman).*

2) retomando o espírito crítico socrático

*Mas o que tenho em mente é algo muito distinto, cujas origens podem ser encontradas na figura de Sócrates. Ele questionava cada indivíduo numa linguagem clara, que não excluía ninguém, e argumentava que esse tipo de questionamento de ideias era essencial para a democracia.*

3) desenvolvendo a imaginação empática

*De modo similar, os antigos festivais trágicos gregos eram convites à empatia e à imaginação, dirigidos a todos os cidadãos/cidadãs.*

4) continuando ao longo da vida

*No meu país, nossa concepção elitista da educação humanística foi radicalmente posta em questão a partir do século XIX, e sem dúvida a G. I. Bill [lei americana de 1944 que instituiu uma série de direitos para os veteranos da Segunda Guerra, entre eles o acesso ao ensino universitário] foi seu encerramento definitivo, pois desde então mesmo as universidades de elite tiveram que se perguntar o que uma educação em humanidades deveria ser, dado que ela deveria estar disponível a todos que haviam participado do esforço de guerra.*

5) quebrando barreiras

*Mais tarde, nos anos 1970, fomos ainda mais longe, incorporando ao currículo universitário o estudo da raça e das mulheres. Em minha opinião, o cultivo da empatia deve dirigir-se particularmente aos grupos em relação aos quais a maioria com frequência se comporta de maneira obtusa: como o grande romancista afroamericano Ralph Ellison escreveu, a literatura pode cultivar os “olhos internos” de uma tal*

---

<sup>7</sup> [www.renatafortes.adv.br](http://www.renatafortes.adv.br)

*maioria, e o currículo das humanidades deve ser formulado com esse objetivo em vista*<sup>8</sup>.

Mas o que leva alguém na sociedade actual a dedicar-se ao estudo das humanidades? O argumento que utiliza é de ordem instrumental e remete para a criação de condições para a vida comum.

*Há muitos motivos para estudar as humanidades: por interesse intrínseco, porque elas podem enriquecer a vida de uma pessoa, porque elas são boas para os negócios, e porque elas ajudam a democracia. Eu me concentro no último ponto porque acredito que posso convencer as pessoas que ainda não amam as humanidades a se importar com elas por meio desse tipo de argumento. No entanto, meu argumento não é instrumental. Acredito que as habilidades desenvolvidas pelas humanidades, pensamento crítico e imaginação, são constitutivos da boa cidadania, parte do que significa ser um bom cidadão/cidadã; e não apenas meios para se chegar à boa cidadania*<sup>9</sup>.

É a partir destes pressupostos que Martha Nussbaum assegura a sua posição a favor da integração da formação ética dos cidadãos/cidadãs e dos governantes. É importante para a autora contribuir para a criação de condições propícias ao cultivo dos valores do ser humano e promover desta forma o respeito por esses valores.

A principal preocupação da autora, que reflecte a partir da filosofia, é procurar fornecer os instrumentos conceptuais capazes de estruturar as pretensões de todas as esferas da sociedade, principalmente dos representantes das organizações mundiais.

É a partir dessa preocupação que a autora critica as decisões políticas e aponta como sua responsabilidade a tarefa de assegurar os níveis de qualidade de vida dignos para que os cidadãos/cidadãs possam atingir uma vida feliz.

---

<sup>8</sup> [www.renatafortes.adv.br](http://www.renatafortes.adv.br)

<sup>9</sup> [www.renatafortes.adv.br](http://www.renatafortes.adv.br)



## **CAPÍTULO I**

### **Martha Nussbaum e o seu percurso para a problematização do desenvolvimento humano**

## 1. As razões do questionar sobre o desenvolvimento humano

Martha Nussbaum é uma nova-iorquina que se converteu ao judaísmo, pois na sua opinião esta tradição religiosa dar-lhe-ia um sentido de comunidade que nunca teve na sua infância. É uma comunidade que se protege, que guarda a tradição e aguarda um final comum. Mas a adesão ao judaísmo também mostra a sua faceta de apaixonada pelas minorias, estando atenta às suas dificuldades e fraquezas. A sua preocupação é mais alargada, e visa a capacitação das pessoas que, em minoria ou não, não possuem bem-estar nem vida emancipada.

Com a sua proposta, relativamente a essa capacitação, pretende indicar um caminho que conduzirá a um desenvolvimento universal e que permitirá a emancipação de todos os seres humanos.

As suas obras são o espelho do rigor e da amplitude da sua vontade de dar ao mundo respostas e indicar pistas, por forma a contribuir para a transformação da realidade que considera ser, em muitos casos, cruel e trágica. À vulnerabilidade (outro conceito determinante para Martha Nussbaum) que afecta a humanidade responde com o esforço de capacitação que deve mobilizar todos os governos.

Martha Nussbaum é uma das personalidades mais relevantes do panorama filosófico mundial atual e figura entre os cem intelectuais mais influentes do mundo. Grande parte da sua obra é inspirada no clássico debate da filosofia moral, tornando-se leitura obrigatória em determinados graus de ensino. É autora de numerosos livros e uma das mais citadas nas áreas humanas e sociais. Recebeu o seu mestrado e doutoramento em Harvard. É uma incondicional defensora da educação liberal. Dá aulas em Harvard, Brown e Oxford.

Martha Nussbaum centra-se principalmente no campo da filosofia antiga, filosofia política e filosofia ética. A sua argumentação, sempre acompanhada com propostas filosófico-políticas precisas, centra-se sobre o que é a vida digna e na imagem do ser humano como aquele que persegue as suas finalidades, colaborando com os outros por um benefício comum.

Outro dos temas a que dá atenção na sua investigação às sociedades modernas são as emoções, procurando responder a questões tais como: quais as emoções que constituem o ser humano?; quais devemos valorizar e quais devem ser reprimidas? Nussbaum destaca

a importância da educação para o processo emocional e acusa os sistemas educativos de não estarem preparados para fornecer instrumentos aos indivíduos, de modo a que estes estejam documentados e informados para, criticamente, fazerem as suas escolhas. É neste sentido que, em 1987, Nussbaum critica a proposta de Allan Bloom, onde este defendia que as universidades deveriam dedicar-se exclusivamente à educação das elites.

É na década de 80 que começa a trabalhar com Amartya Sen em questões do desenvolvimento humano e ético. O principal objetivo era encontrar alternativas às teorias vigentes que dominavam todo o panorama do desenvolvimento humano.

Nussbaum e Amartya Sen apresentaram um projeto que viria a ter a primazia investigativa focada nas capacidades. Tinham a pretensão de demonstrar dois aspectos: primeiro, que as oportunidades reais se dão a cada ser humano dentro da sua situação real, onde se insere, e no grupo social do qual faz parte; segundo, que o direito à vida, à saúde, ao lazer, etc., deve estar ao alcance de todos/as, independentemente da distribuição de recursos ou oportunidades. Cada indivíduo deve ter em conta as suas próprias capacidades e, como tal, a vida escolhida deverá ser aquela que está ao alcance de cada um/a, tendo essas capacidades como base.

Nussbaum vai buscar à tradição política a sua inspiração como defensora da humanidade. Fiel ao pragmatismo norte-americano estava decidida a conseguir mostrar que a filosofia tem relevância no mundo moderno e na sua transformação. Cabe à filosofia procurar fundamentar e clarificar as possibilidades que poderão conceder uma “vida digna”. Assim sendo, a filosofia procura um saber que não é um saber qualquer mas aquele que apresenta uma especificidade própria, que o distingue dos demais saberes: um *saber-fazer-ser*, ou seja, um investimento na transformação ética no mundo, a favor do bem-estar de toda a humanidade.

Deste modo, o/a filósofo/a não é um ser fechado mas aberto e atento ao mundo, que pensa a partir do mundo onde está inserido. Movido/a por uma vontade ontológica de transformar o mundo eticamente, é um/a cidadão/cidadã encaixado/a num sistema social conformista, que procura compreender a realidade do mundo natural e da condição humana, questionando sistematicamente os valores existentes.

Segundo a autora, para que seja possível ter uma vida assente em valores é fundamental uma educação para a cidadania. Nussbaum propõe três eixos fundamentais para uma acção promotora da aprendizagem da cidadania e que devem articular-se entre si: primeiro, o pensamento autocrítico, por via socrática; segundo, o pensamento universal contextualizado na cultura, seja económica, histórica ou religiosa; terceiro, o

pensamento criativo capaz de abordar compreensivamente a diversidade dos modos de estar no mundo.

Só uma educação sustentada nestes três eixos estrutura o ser humano, ou seja, cultiva a humanidade do e no ser humano que coabita com os demais, tendo de conservar e construir o mundo em que habita.

Tal educação centra-se no desenvolvimento de capacidades (autocrítica, enraizamento cultural, compreensão da diversidade da alteridade), que são contrárias às discriminações, incluindo as de gênero.

O desenvolvimento baseado nas capacidades é um instrumento que permite identificar as injustiças, sem que para isso seja necessário abandonar o núcleo argumentativo universalista do liberalismo. Segundo Nussbaum, podemos dizer que a proposta “el enfoque de las capacidades” humaniza as teorias que predominam na filosofia política encaminhando-as para a prática.

Para Nussbaum uma ética de direitos e de justiça só pode ter sentido através dos meios aristotélicos das capacidades e do bem, e só a filosofia pode conduzir o indivíduo a atingir esses dois propósitos.

Não é fácil, e muito menos consensual, a noção de filosofia. É a própria definição de filosofia que constitui em todos os sistemas filosóficos o primeiro dos seus problemas. Podemos dizer que a filosofia é indefinível e que só dentro dela, e com os seus conceitos operatórios, é que realmente se pode tentar definir filosofia. Apesar desta dificuldade, há um legado textual que alimenta a filosofia e lhe dá corpo. Martha Nussbaum retoma a filosofia grega, em que a argumentação desempenha um papel de relevo. Parménides ou Platão são exemplos desse exercício argumentativo. Por outro lado, Aristóteles inspirou tantas e tão controversas linhas interpretativas, sendo uma referência da filósofa norte-americana, no campo ético-político. Depois de Aristóteles, o pensamento, dominado pela procura da felicidade – identificada, sobretudo, com a imperturbabilidade e a demanda pela salvação individual – perdeu muito dos caracteres que haviam assistido à sua origem.

Mas, para Nussbaum, a filosofia não deve estar separada da vida real e, portanto, é importante ter consciência que o ser humano, a par da grande capacidade de fazer uma determinada experiência do mundo, tem também essa outra grande capacidade de se elevar, pela sua razão, acima do imediato, do espontâneo, do natural.

A filosofia começa assim quando reconhecemos a possibilidade de que o modo como contemplamos interrogativamente o mundo pode ser radicalmente errôneo. Existe,

segundo Aristóteles, uma verdadeira natureza intrínseca nos modos humanos de falar e pensar.

E é por isso que Aristóteles defendia que a vida interna, a verdade nas aparências, é a única de que nos devemos ocupar como ponto de partida. Insiste, por isso, reiteradas vezes, na ideia de que a vida que escolhemos deve ser possível para cada um de nós, no seu sentido mais forte.

Deve, por isso, ser *esta* vida, aquela que escolhemos para nós, onde haja tudo aquilo que nos converte em seres humanos. Portanto, deve ser, no mínimo, uma vida que possa ser vivida por qualquer ser humano, e não uma existência privada daquilo sem o qual consideraríamos sequer haver vida caracteristicamente humana pois, finalmente, todos aspiramos a uma vida que compreenda tudo aquilo que nos faz ser nós mesmos.

A ideia de vida boa proposta por Aristóteles ressoa na concepção de vida digna proposta por Nussbaum. A vida boa/digna de qualquer ser deve começar nos componentes vitais essenciais à vida.

Como tal, perguntamo-nos muitas vezes qual será o papel da filosofia quando tratamos assuntos em que o que está em causa é o sofrimento dos seres humanos.

Necessitamos da filosofia para nos ajudar a pensar para além daquelas ideias imediatas e intuitivas, para nos ensinar a criticá-las, e para nos dar a capacidade de aprofundar a análise e escolher aquelas que devem ser mantidas.

Só a filosofia exige uma consonância entre os indivíduos, colocando de lado os “braços de ferro” utilizados entre os diversos poderes existentes. Exige por parte desses indivíduos uma argumentação diante dos factos.

A visão de Martha do “enfoque de las capacidades” é uma visão filosófica. A autora argumenta de forma filosófica a sua proposta do enfoque das capacidades, indo buscar à tradição filosófica, mais especificamente a Aristóteles e Marx, algumas ideias para sustentar a sua proposta.

Nussbaum procura demonstrar porque é necessária a filosofia na resolução dos problemas que afectam a sociedade, neste caso concreto, no desenvolvimento das capacidades dos seres humanos com especial incidência nas minorias étnicas, com maior relevância no caso relativo à questão das mulheres.

O objectivo principal de Nussbaum é oferecer as bases filosóficas para uma explicação dos princípios constitucionais básicos, que deveriam ser respeitados e

implementados por todas as nações e governantes, como sendo o nível mínimo indispensável para cumprir as exigências de respeito pela dignidade humana<sup>10</sup>.

Baseia-se numa visão universalista das funcionalidades centrais do homem, procurando partir dessa ideia para defender este tipo de universalismos como base onde assentam os problemas das mulheres num mundo de complexo desenvolvimento.

Para a autora, esta é a única forma de conseguir garantir a dignidade humana e promover um desenvolvimento proveniente de um enfoque centrado nas capacidades humanas.

## 2. A correlação entre problemáticas sociais e capacidades humanas

Mas o que pretende a autora com a sua proposta das capacidades?

Torna-se claro para a autora, e muito devido ao facto de acompanhar o seu marido numa vida que contemplava uma realidade distinta daquela que vivera até então, a necessidade de existir uma proposta que ofereça alternativas teóricas e práticas que permita ir além dos conflitos políticos existentes.

Nussbaum considera que nada deve ser deixado de fora quando se tratam os problemas sensíveis e mais urgentes do mundo. Segundo a autora, na actualidade os governantes não são sensíveis ao mal-estar, ignoram a sua existência e deixam sem resolução, pelo menos, três problemas de justiça social considerados especialmente problemáticos: o problema da justiça perante as pessoas com as mais diversas limitações físicas e mentais; o problema da injustiça (um modelo de justiça que contemple de igual modo todas as pessoas do mundo); e, por último, as questões de justiça relacionadas com o tratamento dos animais.

Ao longo de toda a tradição ocidental foram criadas inúmeras teorias da justiça, sendo a doutrina do contrato social a mais poderosa, segundo Nussbaum. Com o contrato social realizava-se um acordo entre diferentes indivíduos na busca de um bem-comum, acordando abandonar o estado de natureza para se governarem a si mesmos através da lei.

---

<sup>10</sup> NUSSBAUM, Martha (2002). *Las mujeres y el desarrollo humano: el enfoque de las capacidades* [traducción de Roberto Bernet]. Barcelona: Herder.32.

Mas nem mesmo a teoria contratualista clássica melhor construída e argumentada (a autora referia-se à proposta enunciada por Rawls), conseguiu responder aos três problemas anteriormente enunciados.

A autora acredita e procura argumentar de forma clara e sucinta, articulando o seu pensamento com as ideias centrais de Rawls, que a sua proposta do enfoque das capacidades poderá dar a resposta conjunta a estes três problemas específicos de justiça social.

Nussbaum vai encontrar no pensamento de Rawls as ideias que para ela serão o suporte de uma teoria da justiça que definirá a vivência de uma nova humanidade.

O livro *Uma Teoria da Justiça*, publicado em 1971 – resultado de uma investigação feita ao longo de aproximadamente vinte anos –, foi considerado por muitos filósofos e outros estudiosos como sendo um dos livros mais influentes do século XX.

Pensa-se que muitas das ideias desenvolvidas neste livro poderão ter tido origem na experiência vivenciada por Rawls durante a Segunda Guerra Mundial, na qual combateu. Todas as experiências de horror e violência presenciadas durante a guerra desenvolveram em si a vontade de criar um mundo melhor de onde resultaria, conseqüentemente, uma sociedade melhor.

A sua ideia fundamental consiste na obrigatoriedade de cada ser humano pensar claramente sobre como vivemos com o outro e como o Estado influencia as nossas vidas.

Ao longo da sua obra Rawls apresenta os caminhos imprescindíveis a seguir para que se possam concretizar os objetivos anteriormente apresentados. Um dos caminhos é a experiência por ele apresentada e à qual chamou «A Posição Original». Rawls afirma que podemos imaginar-nos como sendo a única pessoa que faz a escolha na posição original:

*“ [...] parto do princípio de que as partes estão situadas ao abrigo de um véu de ignorância. Não sabem como é que as várias alternativas vão afetar a sua posição concreta e são obrigadas a avaliar os princípios apenas com base em considerações gerais [...]. Antes de mais, ninguém conhece o seu lugar na sociedade, a sua posição de classe ou estatuto social; também não é conhecida a fortuna ou a distribuição de talentos naturais e capacidades, a sua inteligência, a força, etc. Ninguém conhece a sua concepção do bem, os pormenores do seu projecto de vida ou sequer as suas características psicológicas especiais, como a aversão ao risco ou a tendência para o optimismo ou pessimismo. Mais ainda, parto do princípio de que as partes não conhecem as circunstâncias particulares da própria sociedade [...]. É dado adquirido, no entanto, que conhecem os factos gerais da sociedade humana. Compreendem os assuntos políticos e os princípios da teoria económica; conhecem os assuntos políticos e os princípios da teoria económica; conhecem as bases da organização social e das leis da psicologia humana. Na*

*verdade, presume-se que as partes conhecem os factos gerais que afectam a escolha dos princípios da justiça*<sup>11</sup>.

Rawls pretendia demonstrar que o facto de não se saber qual a posição que cada indivíduo ocupa na sociedade ajuda a que este escolha princípios mais justos que o levarão a conceber um mundo melhor.

É a partir desta ideia de escolha, feita através do “véu da ignorância”, que Rawls viria a construir a sua teoria da justiça. Esta teoria assenta em dois princípios, considerados irrecusáveis para qualquer indivíduo inteligente: o Princípio da Liberdade e o Princípio da Igualdade.

Rawls acreditava que tais princípios para a ordenação da sociedade emergiam juntos e deveriam ser vistos como sendo o caminho para a justiça como equidade, uma vez ter-se chegado até eles através de um processo racional.

*Traduz-se em escolhermos ser governados por dois princípios de justiça: o primeiro garante liberdades individuais fundamentais (de expressão, de associação e de culto, entre outras); o segundo assegura que as desigualdades sociais e económicas são distribuídas de modo a proporcionarem o maior benefício possível aos menos favorecidos da sociedade, embora mantendo uma equitativa igualdade de oportunidades*<sup>12</sup>.

## **1. Princípio da Liberdade**

Quando o indivíduo racional tem o seu poder de escolha envolto no “véu da ignorância”, o seu desejo é que todos os indivíduos membros da sociedade possuam o mesmo direito a aceder às liberdades essenciais. Caso isto não aconteça podemos dizer que essa pessoa é vítima de discriminação. Não se garante o princípio de liberdade: “Cada pessoa deve ter um direito igual ao mais amplo sistema total de liberdades básicas iguais que seja compatível com um sistema semelhante de liberdade para todos”<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> RAWLS, John (2001). *Uma Teoria da Justiça*. (2ª ed.) Lisboa: Presença, 121.

<sup>12</sup> KUKATHAS, Chandran e PETIT, Philip (2005). *Uma Teoria Da Justiça» e os seus críticos*. (2ª ed.) Lisboa: Gradiva, 51.

<sup>13</sup> RAWLS, John (2001). *Uma Teoria da Justiça*. (2ª ed.) Lisboa: Presença, 239.

Para Rawls, se tivéssemos este princípio como base na nossa vida, a intervenção estatal só seria necessária quando as nossas acções ameaçassem a liberdade do outro.

O direito à liberdade é para Rawls o princípio essencial ao ser humano, pelo que as exigências deste princípio têm que ser satisfeitas antes de tudo mais. Só é justa a sociedade em que a lei mantém e faz cumprir o direito à liberdade igual.

## 2. Princípio da Igualdade

Este princípio enuncia-se nos seguintes termos: as desigualdades económicas e sociais devem ser distribuídas de modo a que, simultaneamente,

- a) redundem nos maiores benefícios possíveis para os menos beneficiados, de forma que seja compatível com o princípio da poupança justa;
- b) sejam consequência do exercício de cargos e funções abertos a todos em circunstâncias de igualdade equitativa de oportunidades<sup>14</sup>.

Podemos dizer que este princípio se divide em dois: o da justa igualdade de oportunidades e o da diferença.

No princípio da igualdade de oportunidades deve ter-se em conta que quaisquer desigualdades sociais ou económicas devido a cargos ou trabalhos, só são possíveis se esses cargos ou trabalhos estiverem disponíveis a todos os indivíduos nas mesmas condições de igualdade de oportunidades. Devem por isso ser sempre visadas as exigências do princípio da igualdade para que não sejam excluídos indivíduos devido ao sexo, raça ou orientação sexual.

O princípio da igualdade pode erroneamente ser tido como o princípio da luta contra a discriminação, mas o que este princípio visa vai muito mais longe. Visa, por exemplo, uma educação para todos os indivíduos que lhes permita desenvolver os seus potenciais, ideia que Nussbaum vai aprofundar e que dará lugar à sua teoria do desenvolvimento das capacidades.

Por sua vez, o princípio da diferença é o princípio que põe em prática a estratégia do “*maximin*”, ou seja, a capacidade de “maximizar o mínimo”. Tal implica ter o discernimento de, numa situação limite, conseguir fazer uma escolha que permita obter a melhor solução. Poderíamos dizer que, em certo sentido, é a capacidade de conseguir transformar uma situação de caos em algo positivo.

---

<sup>14</sup> RAWLS, John (2001). *Uma Teoria da Justiça*. (2ª ed.) Lisboa: Presença, 239.

Devemos contudo ter cautela quando optamos por esta estratégia, pois os riscos devem ser minimizados. É preferível optar por uma situação mais segura.

Rawls sofreu algumas críticas relativamente às ideias apresentadas, principalmente a respeito da noção de posição original. Alguns críticos do autor afirmaram que este se limitara a ter em conta os seus próprios preconceitos, dando-lhe uma visão de princípios racionalmente escolhidos. Não é por isso possível pensar que podemos simplesmente ignorar o que se sabe e aquilo que determina a nossa existência.

Contudo, Rawls procura demonstrar que o que tenta trazer à tona é a dificuldade de utilizar a experiência mental de forma clara e eficaz.

A obra de Rawls inspirou uma geração inteira de filósofos atuais, tais como Michael Sandel, Thomas Pogge e Martha Nussbaum. Todos admitem que a filosofia deve tratar das questões profundas e complexas sobre como podemos e devemos viver juntos<sup>15</sup>.

É após o desenvolvimento desta teoria que a autora afirma que faz mais sentido falar de capacidades do que de necessidades. Propõe, por isso, a ideia de capacidades humanas, centrando-se mais explicitamente nas capacidades das mulheres. Analisa a teoria das capacidades, comparando-a com a perspectiva de se criar uma teoria das necessidades humanas.

Num mundo em que “as mulheres carecem de um apoio essencial para levar uma vida plenamente humana”<sup>16</sup>, o “pensamento político e económico internacional deve ser feminista”<sup>17</sup>. Porquê? Porque, entre outras coisas, os problemas que as mulheres enfrentam por causa do seu sexo, se não forem compreendidos e resolvidos, outros problemas como a pobreza e o desenvolvimento serão agravados, e a sua discriminação cada vez mais acentuada.

As capacidades são apresentadas por ela como um conjunto de funcionalidades possíveis a cada ser humano. Devem procurar-se em cada ser humano; podemos dizer que

---

<sup>15</sup> WARBURTON, Nigel (2012). *Uma pequena história da filosofia*. Lisboa: Edições 70, 229.

<sup>16</sup> “[...] as mujeres carecen de un apoyo esencial para llevar una vida plenamente humana. Esta falta de apoyo se debe a menudo al solo hecho de ser mujeres [...]” Cf. NUSSBAUM, Martha (2002). *Las mujeres y el desarrollo humano: el enfoque de las capacidades*. Barcelona: Herder, 31.

<sup>17</sup> “Mi argumentación habrá de afirmar que el pensamiento político y económico internacional debe ser feminista, atento, entre otras cosas, a los problemas especiales que enfrentan las mujeres a causa de su sexo en más o menos todas las naciones del mundo” (*Op. cit.*, 31).

cada indivíduo é portador das capacidades que o habitam num estado latente. É fundamental que cada indivíduo as procure despertar em si, utilizando-as em prol de uma vida humana digna.

Nussbaum pretende com a sua proposta do enfoque das capacidades oferecer uma teoria que procura solucionar as questões de justiça social. As capacidades são assim apresentadas como a base fundamental onde deveriam assentar os princípios políticos para uma sociedade liberal e pluralista<sup>18</sup>.

Um dos principais objetivos da autora é demonstrar a ideia de que o ser humano é realmente capaz de fazer e ser. Há, sem dúvida, um fundamento universalista nesta ideia da autora, de que as capacidades humanas centradas no que “la gente es realmente capaz de hacer e ser”<sup>19</sup>. Deve ter-se consciência que cada indivíduo é em si mesmo um fim e não um meio para atingir os fins de outros.

A autora tem como referência o pensamento de Aristóteles que afirmava que toda a acção humana se encontra orientada em vista de um único fim, a felicidade. É em vista do viver bem que a acção se orienta não apenas na aspiração individual para a felicidade, como também na aspiração comunitária para a auto-suficiência. As acções de cada ser humano refletem-se dentro da *polis*, logo tudo aquilo que fizer de bom ou de mal vai intervir directamente na sua convivência com a comunidade. É na *polis* que se dá a experiência da democracia, caracterizada pela igualdade dos cidadãos/cidadãs perante a lei e pela participação destes na decisão política. Assim, a felicidade de todos/as depende de cada um, e a felicidade de um depende de todos. Somos inevitavelmente remetidos para o famoso lema “um por todos e todos por um”, dos heróis do romance do escritor francês, Alexandre Dumas.

Pensamos ficar assim clara a importância que cada indivíduo tem para o grupo e, inversamente, como o grupo é fundamental para a realização e conquista da felicidade do indivíduo. Mas esta ideia contrasta com o que actualmente vivenciamos no mundo capitalista, onde o lema é mais “cada um por si”, onde o eu tem prioridade, ou seja, o eu é o centro de uma esfera ou meio que é destinado ao todo. Como tal, estamos,

---

<sup>18</sup> NUSSBAUM, Martha (2007). *Las Fronteras de la Justicia: Consideraciones sobre la exclusión*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, S.A., 83.

<sup>19</sup> NUSSBAUM, Martha (2002). *Las mujeres y el desarrollo humano: el enfoque de las capacidades*. Barcelona: Herder, 32.

impreterivelmente, diante de uma sociedade em que governantes e governados dão prioridade ao poder absolutista individual.

Se a *polis* é onde decorre a experiência da vida em comunidade, então é ela o horizonte por excelência onde se experiencia e partilha o sentido de justiça. Com efeito, a virtude da justiça é a virtude própria do exercício de cidadania. Segundo Aristóteles, o ser humano é um ser comunitário e só em comunidade pode ser feliz, sendo esta relação com o outro apenas possível na *polis*.

Não podemos por isso perder de vista o fim último do ser humano que é, para Aristóteles, a felicidade; o que exige a defesa de uma vida digna e feliz para o ser humano.

Tendo em conta esta necessidade de uma vida digna e feliz, a autora vai propor a ideia de um “umbral para cada capacidade”. O “umbral” é o nível mínimo de cada capacidade, abaixo deste nível considera-se que o ser humano não reúne condições para ter uma vida digna, portanto, verdadeiramente humana.

Para Nussbaum, é a comunidade e a sociedade em que cada um dos indivíduos está inserido que deve criar formas para que estes se mantenham acima do nível mínimo.

E, como tal, a autora procura demonstrar que é nas bases filosóficas que se deve transformar e explicar os princípios constitucionais, para que os governantes e governos assentem as suas bases nas capacidades, de forma a respeitarem as exigências da dignidade humana e promoverem um “combate” às discrepâncias e desigualdades sociais existentes.

E, nesta ideia, mais uma vez, a autora aproxima-se de Aristóteles. Para o Estagirita, o ser humano que participa da vida pública deve agir de maneira virtuosa de forma a alcançar a sua felicidade mediante a boa prática das suas virtudes. Logo, as pessoas designadas para governar devem visar o bem-comum dos integrantes da *polis*, devem criar bases sustentáveis para promover a educação dos seus cidadãos/cidadãs e devem visar a criação de caminhos e acessos que não condicionem o agir moral dos indivíduos.

Deste modo, para Aristóteles, existem critérios fundamentais para a vida de um indivíduo dentro da sociedade, procurando sempre ter como linha de horizonte a verdade e a felicidade, o seu fim último por natureza. A virtude humana não está assim na virtude do corpo, mas na da alma, e a felicidade decorre da actividade própria da alma que, consequentemente, se transporta para a busca do bem da *polis*.

Quem mais do que os cidadãos/cidadãs comuns e os próprios governantes pode criar meios para que todos os indivíduos possam atingir a felicidade e o bem?

Se entendermos a *polis* de Aristóteles como o mundo actual em que estamos inseridos, podemos depreender que a felicidade só se realiza como fim último caso seja vivida e aplicada com o outro.

Ora, segundo Nussbaum, a forma que cada indivíduo tem de atingir essa felicidade, e que cada governante tem de proporcionar o caminho até ela, é a elaboração de um projecto político que tenha como base a sua proposta das capacidades.

As capacidades são o caminho para atingir aquilo que é fundamental à existência do ser humano. Precisamente, a justiça social. É através da justiça social que se pode ter uma vida digna e feliz.

Para que a vida digna e feliz tenha a possibilidade de ser concretizada e se torne acessível a todos, a autora propõe a definição de uma lista de capacidades como bens substanciais com valor intrínseco.

A lista é composta por 10 capacidades, consideradas como sendo os requisitos fundamentais para uma vida digna. “A lista está orientada para o mundo moderno mais do que num sentido atemporal”<sup>20</sup>.

Problemas estruturais do mundo actual como a alfabetização, a educação, o desrespeito e marginalização das minorias, são tidos em conta. Os conceitos apresentados na lista estão relacionados entre si de muitas e complexas maneiras para poderem promover o direito a participar em todos as esferas da sociedade e, ainda, para que a participação política promova a sua inclusão em direitos tão simples como a da alfabetização.

### 1.2.1. “Capacidades centrais para o funcionamento humano”<sup>21</sup>

*El enfoque de las capacidades es una doctrina política acerca de los derechos básicos, no una doctrina moral comprensiva. No pretende siquiera ser una doctrina política completa, sino que se limita a especificar algunas condiciones necesarias para que una sociedad sea minimamente justa, en la forma de un conjunto de derechos fundamentales para todos los ciudadanos. No garantizar*

---

<sup>20</sup> “[...] la lista está orientada al mundo moderno, más que en un sentido atemporal”. Cf. NUSSBAUM, Martha (2002). *Las mujeres y el desarrollo humano: el enfoque de las capacidades*. Barcelona: Herder, 120.

<sup>21</sup> NUSSBAUM, Martha (2007). *Las fronteras de la justicia: consideraciones sobre la exclusión* [traducción de Ramón Vilà Vernis y Albino Santos Mosquera]. Barcelona: Paidós, 163.

*estos derechos a los ciudadanos constituye una violación especialmente grave de la justicia básica, pues se pretenden implícitos en las nociones mismas de la dignidade humana y de una vida acorde con la dignidade humana. Una forma de concebir la lista de capacidades es una lista de garantias constitucionales [...]*<sup>22</sup>.

Lista de capacidades centrais proposta por Nussbaum:

1. Vida (Ter a capacidade de viver a vida humana até ao fim, com uma longevidade normal, sem morrer prematuramente, ou sem que esta se deteriore, de tal forma que já não seja viver).
2. Saúde Corporal (Capacidade de conservar uma boa saúde física, reprodutiva e nutritiva. Ser capaz de manter o seu conforto).
3. Integridade Corporal (Ter a Capacidade de conservar a sua mobilidade e autonomia. Conseguir defender-se; satisfazer-se sexual e reprodutivamente).
4. Sentidos, imaginação e pensamento (Ter a capacidade de utilizar todos os sentidos de forma verdadeiramente humana; ter acesso a uma educação adequada; conseguir utilizar a imaginação, o pensamento crítico e reflexivo; ser capaz de fazer escolhas que lhe proporcionem experiências sem causar sofrimentos desnecessários).
5. Emoções (Capacidade de estabelecer vínculos afetivos com as coisas e com o outro).
6. Razão Prática (Ser capaz de formar uma conceção de bem, comprometendo-se numa reflexão crítica acerca do planeamento da própria vida).
7. Filiação:
  - A- (Ter a capacidade de viver com e para o outro; de mostrar preocupação, compaixão, solidariedade e amizade para com os outros).
  - B- (Ser capaz de respeitar o outro e a si; ser capaz de se ver e sentir como um igual com o outro).
8. Outras espécies (Capacidade de tratar e aceitar os outros seres vivos de diferentes espécies).
9. Capacidade de jogar (Ser capaz de rir, jogar e aproveitar as atividades recreativas).
10. Controlo sobre o próprio ambiente:
  - A- Político (Ter a capacidade de participar efetivamente nas decisões e eleições políticas).

---

<sup>22</sup> NUSSBAUM, Martha (2007). *Las fronteras de la justicia: consideraciones sobre la exclusión* [traducción de Ramón Vilà Vernis y Albino Santos Mosquera]. Barcelona: Paidós, 163.

B- Material (Ter a capacidade de ter bens materiais, propriedades “em pé” de igualdade com os outros).

Podemos dizer que as capacidades se dividem em três grupos distintos; Capacidades cognitivas, Capacidades relacionais/sociais e Capacidades psico-motoras. De todas as capacidades, a razão prática e a filiação são destacadas devido à sua especial importância, uma vez que ambas organizam e abarcam todas as outras, fazendo com que a sua repercussão seja verdadeiramente humana<sup>23</sup>.

Segundo a autora esta lista pode “resultar no amplo acordo intercultural semelhante aos acordos internacionais alcançados em relação com os direitos humanos básicos”<sup>24</sup>.

Ao colocar a filiação e a razão prática como pontos centrais, Nussbaum não está a afirmar que todos os outros se devem reduzir a estes, mas sim que, se os governos continuarem a não permitir o acesso a todos os pontos da lista, então, não estão a fazer o suficiente<sup>25</sup>.

Todas as capacidades são importantes para o desenvolvimento de cada ser humano e conseqüentemente da sociedade em que está inserido. Cada indivíduo deve, portanto, ser tido como um fim e, como tal, as capacidades são uma forma de fazer prevalecer os direitos morais, sociais e dignos devidos a cada ser. É neste sentido que se afirma a potencialidade humana: “Los seres humanos son criaturas tales que, si se les brinda el apoyo educacional y material apropiado, pueden llegar a ser plenamente capaces de todas esas funciones humanas”<sup>26</sup>.

Ao analisar cada uma das capacidades assalta-nos a ideia de como seria uma vida desprovida de cada uma delas. Seria uma vida de acordo com a dignidade humana?

---

<sup>23</sup> NUSSBAUM, Martha (2002). *Las mujeres y el desarrollo humano: el enfoque de las capacidades* [traducción de Roberto Bernet]. Barcelona: Herder, 125.

<sup>24</sup> “[...] Sin embargo, creo que este proceso, y esta lista, pueden concitar un amplio acuerdo intercultural parecido a los acuerdos internacionales alcanzados en relación con los derechos humanos básicos[ ...]” Cf. NUSSBAUM, Martha (2007). *Las fronteras de la justicia: consideraciones sobre la exclusión* [traducción de Ramón Vilà Vernis y Albino Santos Mosquera]. Barcelona: Paidós, 90.

<sup>25</sup> NUSSBAUM, Martha (2002). *Las mujeres y el desarrollo humano: el enfoque de las capacidades* [traducción de Roberto Bernet]. Barcelona: Herder, 126.

<sup>26</sup> *Idem, ibidem*, 126.

### 1.2.2. As “discapacidades”

O enfoque das capacidades vai diretamente ao cerne da questão das “discapacidades”. A autora examina profundamente a questão, colocando em evidência a ideia que daí sobressai: será a vida destes indivíduos compatível com uma vida digna, humana?

A concepção aristotélica de ser humano define-o como “animal político”, ou seja, não é apenas um ser moral e político, mas um ser cuja dignidade humana em vez de se opor à sua natureza animal é inerente a ela e à sua trajetória temporal.

O ser humano, na plenitude da sua vida, tem necessidades que satisfaz naturalmente de acordo com o proposto pelo contrato social, mas também é possível que venha a ter necessidades derivadas de situações imprevistas. Exemplo disso são as doenças súbitas ou acidentes que acabam por colocá-lo numa posição de dependência, deixando de ser física ou mentalmente produtivo. Outros há que já nascem com essas “discapacidades”.

Esta ideia aristotélica do ser humano como animal político aproxima-se muito da ideia contratualista de liberdade. Muitas vezes, liberdade é confundida erradamente com libertinagem ou veleidade, o que importa salientar é o ser vista enquanto capacidade de cada indivíduo querer, pensar e agir. O indivíduo tem, por isso, a possibilidade de escolher uma forma de vida e os princípios políticos pelos quais se quer reger.

Segundo a autora, torna-se assim evidente uma das vias através das quais o enfoque das capacidades se integra na tradição liberal<sup>27</sup>.

O enfoque das capacidades não inclui na sua proposta nenhuma concepção de seres humanos iguais em poderes e em capacidades, similarmente ao que é proposto pela teoria contratualista.

O contrato social influenciou especialmente as teorias da justiça social e o contratualismo propõe um conjunto de indivíduos racionais e autossuficientes, com dignidade e moralidade. Para Nussbaum, esta proposta não é válida pois é uma forma de excluir da justiça aqueles que não reúnem os requisitos exigidos.

---

<sup>27</sup> NUSSBAUM, Martha (2007). *Las fronteras de la justicia: consideraciones sobre la exclusión* [traducción de Ramón Vilà Vernis y Albino Santos Mosquera]. Barcelona: Paidós, 99.

Para a autora, o facto de se ser humano já é condição suficiente para ter acesso à justiça e ser merecedor de usufruir de uma vida digna. Mas segundo o contratualismo, os seres humanos devem unir-se para conseguir atingir um benefício comum, como tal, só podem participar e ser inseridos na *polis* aqueles que estão em igual posição de poder ser produtivos para a sociedade e participar para o benefício comum.

Assim sendo, todos aqueles que têm alguma “discapacidade” ficam de fora, pois beneficiariam do bem para o qual não teriam contribuído de igual forma ou, simplesmente, não teriam contribuído.

É importante para Nussbaum ter em consideração as pessoas “descapacitadas”, pois tal significa ter em conta o potencial de uma parte da sociedade invisibilizada.

Quando falamos de “discapacitados” referimo-nos a pessoas que devido às suas capacidades diferentes não se conseguem adaptar às exigências do mundo que as rodeia. Mas o que é um facto, é que são possuidoras de capacidades vitais, vocacionais e profissionais, embora diferentes das dos demais. A possibilidade que é oferecida pelo enfoque das capacidades é a de reconhecer esta diversidade.

Em algumas áreas fundamentais do funcionamento humano, uma condição necessária de justiça para que seja possível a existência de um acordo político, é o facto de este acordo visar oferecer aos cidadãos/cidadãs um nível mínimo de capacidade.

Percorrendo o mundo, temos uma visão dos diversos tipos de misérias e “discapacidades” existentes, na maioria das vezes, as situações em que cada ser humano se encontra constituem um fundamento demasiado extenso para detectar as suas reais necessidades e “discapacidades”.

A superação desses problemas é determinante para o exercício do desenvolvimento. É essencial que cada indivíduo esteja desperto para a sua realidade e disponível para a mudança.

O problema é que na maioria das vezes a sua acção está condicionada por barreiras que à primeira vista são intransponíveis. São condicionados pelas oportunidades políticas, sociais e económicas.

Para Amartya Sen, o desenvolvimento de uma sociedade consiste fundamentalmente em remover os vários tipos de restrições que limitam o ser humano nas suas escolhas e na sua acção racional.

O que cada um de nós pode realizar é efetivamente influenciado pelas oportunidades económicas, pelas liberdades políticas, pelos poderes sociais e por todas as condições de acesso à boa saúde, educação básica, etc.

Ao examinarmos a justiça social somos confrontados com as liberdades concretas que cada indivíduo possui para viver a sua vida que, com razão, valoriza.

Para Sen, tal como para Nussbaum, as “discapacidades” deveriam ser encaradas como uma carência de rendimentos, mais do que como uma privação de potencialidades. O sentimento de desigualdade pode corroer a coesão social e dificultar uma acção eficaz.

Muito se fala no facto de indivíduos com algum tipo de limitações serem excluídos mas, na realidade, há um grupo de indivíduos cujo único motivo para ficar de fora dos pressupostos da *polis* é ser do sexo feminino.

Na realidade social exposta e explorada pela autora – a Índia – há uma elevada taxa de mortalidade feminina, cuja principal causa é a negligência dos cuidados de saúde e de alimentação das mulheres.

As mulheres são vistas como receptores passivos de ajuda para o aumento do bem-estar mas, por outro lado, são tidas como elementos intervenientes e activos na mudança e produção.

Não pode por isso ser ignorada a urgência de pôr fim a muitas desigualdades que destroem o bem-estar destas minorias, retirando-lhes a possibilidade de ter uma vida digna.

Nussbaum critica duramente Judith Butler, por esta propor um feminismo que induz as mulheres a desvincularem-se dos problemas do mundo real e a refugiarem-se num mundo ilusório e abstrato.

A autora de *Las mujeres y el desarrollo humano: el enfoque de las capacidades* assume-se como feminista, entendendo o feminismo como movimento focado nas necessidades e interesses das mulheres, visando ser universalista, dedicando-se a normas de justiça e de igualdade. Nesta linha, não tem necessariamente de ser insensível às diferenças, procurando focar sempre a realidade.

Opõe-se assim claramente à feminista norte americana, Judith Butler. É a oposição entre estes dois feminismos que nos merece, agora, reflexão.

Butler assume-se enfaticamente como feminista, procurando distinguir-se do movimento pós-feminista, identidade que lhe é comumente conferida. É com resistência que aceita ser inscrita no quadro do pós-feminismo<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> “O Pós-feminismo encontra-se próximo do discurso do pós-modernismo, na medida que ambos têm por objectivo desconstruir/desestabilizar o género enquanto categoria fixa e imutável. [...]. O conceito pós-feminismo traduz ainda a existência, hoje, de uma multiplicidade de feminismos, ou de um feminismo «plural», que reconhece o factor da diferença como uma recusa da hegemonia de um tipo de feminismos sobre outro, sem contudo pretender fazer tabula rasa das batalhas ganhas, nem reificar ou «fetichizar» o próprio conceito da diferença”. Cf. MACEDO, Ana Grabiela e AMARAL, Ana Luísa (2005). *Dicionário da Crítica Feminista*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento, 153-154.

Apesar de a citação ser longa transcreve-se um extracto de uma entrevista dada pela autora, onde demarca a sua posição:

*[...] digo «sou feminista» em termos enfáticos. É que muitas pessoas têm-me chamado de pós-feminista ou pensam que faço parte de um movimento pós-feminista. Portanto, estou no processo de refutar essa descrição e talvez historicamente, se não fosse esse o caso, eu pudesse ser mais despreocupada e dizer "Talvez eu seja uma feminista". Mas, dado esse esforço em me situar numa espécie de quadro pós-feminista, eu resisti à linguagem da identidade. Mas certamente há outras ocasiões em que uso a linguagem da identidade – quando sinto que é extremamente importante marcar certo tipo de posição a esse respeito junto a outra pessoa. Depende do contexto do discurso no qual estou operando<sup>29</sup>.*

Butler rejeita o processo de aprisionamento categorial porque daí facilmente decorre o preconceito, a rotulação e a estereotipação. É muito clara quando afirma:

*Apenas quero dizer que, ainda que a afirmação da identidade sexual ou de género seja importante, também temos que nos questionar sobre como tais termos são definidos e a partir de que momento se transformam em outros tipos de rótulo. Uma pessoa não quer se libertar da homofobia para se ver aprisionada de novo em outra ideia restrita de identidade. Para mim, a Queer designa uma forma de aliança em que a sexualidade não seja nem prescrita nem policiada – a menos que ofenda alguém<sup>30</sup>.*

Butler está associada ao movimento Queer, indissociável do feminismo. Embora a teoria Queer se oponha aos que defendem a noção de identidade, esta tem como objectivo, não apenas “expandir e realçar um campo de possibilidades para a vida corpórea”, mas afirmar que a sexualidade não se pode resumir a esquemas de categorização.

*Meu trabalho sempre teve como finalidade expandir e realçar um campo de possibilidades para a vida corpórea. Minha ênfase inicial na desnaturalização não era tanto uma oposição à natureza, quanto uma oposição à invocação da natureza como modo de estabelecer limites necessários para o género. Pensar os corpos diferentemente me parece parte da luta conceitual e filosófica que o feminismo abraça, o que pode estar relacionado também a questões de sobrevivência. A abjeção de certos tipos de corpos, sua inaceitabilidade por códigos de*

---

<sup>29</sup> [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2002000100009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009)

<sup>30</sup> [www.feminismo.org.br](http://www.feminismo.org.br)

*inteligibilidade, manifesta-se em políticas e na política, e viver com um tal corpo no mundo é viver nas regiões sombrias da ontologia*<sup>31</sup>.

O trabalho desta filósofa envolve-se numa discussão dialéctica com as categorias pelas quais o sujeito é descrito e construído, procurando saber porque é que o sujeito é construído do modo como é, sugerindo que é possível fazer com que os diferentes modos da construção do sujeito estejam disponíveis dentro de estruturas existentes.

*Para mim a questão de como chegamos a conhecer algo, ou, de facto, as condições da possibilidade de afirmarmos que sabemos, podemos respondê-la melhor se nos voltarmos para uma questão anterior: quem é esse 'nós' que faz com que a questão se torne uma questão para nós? Como é que esse 'nós' foi construído em relação a essa questão do conhecimento? Em outras palavras: como a própria questão epistemológica se tornou possível? Foucault oferece um outro passo, tornado possível pelo tipo de trabalho que realiza. Esse passo tem a ver com a indagação sobre como certos tipos de discurso produzem efeitos ontológicos ou operam através da circulação de movimentos ontológicos*<sup>32</sup>.

Butler está empenhada em questionar sistematicamente o sujeito, indagando os processos através dos quais os sujeitos vêm a existir, como são construídos ou como são feitas essas construções. Para a filósofa o sujeito não é um indivíduo, mas uma estrutura linguística em formação.

*Expressões como "há uma matriz de relações de gênero" parecem referir-se, dentro da linguagem, às convenções de atribuição ontológica. São 'mímicais' filosóficas no sentido descrito por Luce Irigaray. O "há" aponta em direção a um referente que não consegue capturar, porque o referente não está completamente construído na linguagem, não é o mesmo que o efeito linguístico. Não existe um acesso a ele fora do efeito linguístico, mas o efeito linguístico não é o mesmo que o referente que não consegue capturar*<sup>33</sup>.

A importância de Foucault e Derrida para a obra de Butler fez com que muitos a classificassem como pós-estruturalista. A sua obra é também fortemente marcada pelos escritos de pensadoras feministas, como é o exemplo da filósofa existencialista Simone de Beauvoir, Monique Wittig, Luce Irigaray e Gary Rubin.

Butler tem o que é considerado por muitos uma ideia inovadora em relação ao feminismo existente. Para a autora, as feministas rejeitaram a ideia de que a biologia é

---

<sup>31</sup> [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2002000100009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009)

<sup>32</sup> [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2002000100009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009)

<sup>33</sup> [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2002000100009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009)

destino, desenvolvendo o princípio de que o gênero masculino e feminino seriam inevitavelmente construídos pela cultura, tornando outra vez o destino inescapável. A autora afasta-se da crença de que o sexo, o gênero e a sexualidade existem numa relação uns com os outros.

A autora recusa uma linguagem que se situe estruturalmente no binário masculino/masculinidade – feminino/feminidade. É neste sentido que afirma o seguinte: *Gosto muito da ideia de que o oposto de masculinidade não seja necessariamente a feminilidade*<sup>34</sup>.

Não havendo oposição, como é que se marcam as fronteiras entre o que é de uma e outra ordem?

O que está em causa é o binarismo e a irredutibilidade que estas duas categorias comportam. Daí esclarecer:

*A questão [...] tem a ver com o que permanece fora desses binários, o que não é nem mesmo mencionável como parte do impróprio ou incorreto. Temo que a questão da homossexualidade feminina é silenciada exatamente por esses esquemas históricos feministas que permanecem acriticamente amarrados a esses binarismos*<sup>35</sup>.

Para contrariar esse silenciamento, que cria a ilusão de invisibilidade e inexistência, Butler não se importa de exagerar o seu posicionamento crítico, estando

*[...] disposta a cometer uma espécie de exagero retórico para manter viva a questão da homossexualidade, particularmente a do lesbianismo. O que não é a mesma coisa do que dizer que toda a investigação deveria fazer isso ou que essa é a opressão primária, ou a chave do problema, ou seja lá o que for. Mas indica onde eu me insiro no debate crítico atualmente.*<sup>36</sup>

Uma das suas propostas operativas de alteração da leitura binária masculino/feminino refere-se à ideia normativa de regulação de gênero, que tem sido confundida com a regulação da sexualidade e a distinção entre homem e mulher. Crítica do feminismo indiferenciador, chame-se assim, acrescenta:

*[...] há algumas suposições normativas acerca de tornar-se e reproduzir meninas ou tornar-se e reproduzir meninos, e muitas feministas de facto*

---

<sup>34</sup> [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2002000100009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009)

<sup>35</sup> [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2002000100009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009)

<sup>36</sup> [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2002000100009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009)

*querem que as meninas sejam reproduzidas de maneira a serem capazes de uma autonomia maior e querem que os meninos sejam reproduzidos de maneira a se tornarem menos capazes de violência ou agressão. Mas a questão é como o facto de se tornar uma coisa ou outra, passa a ser um problema. Ou a compulsão para se tornar uma menina ou a compulsão para se tornar um menino, isso exerce pressão, e sinto que para compreender isso é preciso ter uma ideia de regulação de gênero que se estenda para além da ideia de desigualdade entre homens e mulheres.<sup>37</sup>*

Acusada de passividade moral por Martha Nussbaum, Butler responde dizendo que levou a sério a opacidade de si perante si mesma nas deliberações éticas, o que significa, para ela, ter uma posição crítica em relação ao mundo social no qual nos tornamos humanos e que possui aquilo que não conseguimos saber sobre nós próprios.

Como tal, Butler apresenta a mobilização, a proliferação de gêneros e de identidades como forma de atingir uma prática ética igualitária.

*Quando falamos sobre o campo da inteligibilidade de gênero, estávamos falando sobre instituições, categorias e linguagens existentes que podem fazer com que o gênero tenha sentido. O reconhecimento é uma relação intersubjetiva, e, para um indivíduo reconhecer o outro, ele tem que recorrer a campos existentes de inteligibilidade. Mas o reconhecimento também pode ser o lugar onde os campos existentes de inteligibilidade são transformados. Assim, se perguntarmos como nos deslocamos de um campo de inteligibilidade a outro, quero dizer que é possível pedir para ser reconhecido de uma maneira que, pelo menos inicialmente, é ininteligível<sup>38</sup>.*

Para Butler, o binarismo funda a compreensão do humano: fora desses dois polos e desses dois gêneros não há humanidade possível, ou seja, o que não é masculino nem feminino não é reconhecido como humano:

*Não sei se existe algo universalmente verdadeiro sobre todos os humanos. Eu me preocupo com as normas que governam a questão de quem será considerado humano e quem não, mas não acho que exista um humano fora das normas. Penso que algo acontece quando as normas se rompem, ou quando se resiste às normas, ou quando as normas produzem um campo de assim chamados seres humanos fora das normas. E isso é interessante para mim porque há um modo pelo qual a categoria do humano ao mesmo tempo permite o reconhecimento de certos humanos e produz uma impossibilidade para outros. Não acho que exista uma forma humana singular, não acho que exista uma capacidade humana singular [...]. Não posso persistir no meu próprio ser sem ser parte de um mundo social que torna isso possível e em*

---

<sup>37</sup> [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2002000100009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009)

<sup>38</sup> [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2002000100009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009)

*relação com outros, que, em certo sentido, precisam solicitar ou apoiar meu desejo de viver*<sup>39</sup>.

Butler convida o feminismo a abdicar da busca duma estrutura universal que garanta a dominação da mulher e a reconhecer que a universalidade é ilusória. Para a autora, a dicotomia sexo/género pressupõe uma distinção total entre o mundo interno e externo, ou seja, garante estabilidade e universalidade à identidade de género, na medida em que assume o corpo como seu fundamento absoluto.

*Vivemos tempos de risco, e não estou segura de que sequer saibamos o que é ser humano. Parece-me claro que os humanos não são humanos fora de um mundo social mais amplo, e também não o são quando se definem exageradamente em oposição à sua natureza animal. Não podem ser humanos, ainda, se não reconhecem a dependência do meio ambiente em que vivem, por comida, abrigo, sobrevivência. Temos muito a aprender sobre todas essas relações que nos fazem humanos. São elas que ampliam nossos limites, e são essenciais não só para a sobrevivência como para nosso bem-estar*<sup>40</sup>.

Tendo em conta o exposto, é evidente a divergência de pensamento entre as duas autoras, mas também é claro que, a determinada altura, ambas convergem para um mesmo fim, o do bem-estar da humanidade extensível a todos os indivíduos, sem excepção.

Para Aristóteles, a verdadeira igualdade, no sentido de uma justa distribuição, deveria implicar uma partilha igual para partilhantes iguais, e uma partilha desigual para partilhantes desiguais. Assim, a justiça em sentido absoluto, resultaria numa espécie de proporção, cujo critério consistiria em tratar de igual os iguais, e de forma desigual os desiguais.

Os que se movem em torno dos seus interesses pessoais, ou seja, os que se situam no ponto de vista da parte e não do todo, negligenciam o facto de a distribuição implicar a relação mútua. O justo é que todos possuam exatamente o mesmo, devido ao facto de todos serem igualmente livres.

A justiça é o objetivo de todas as minorias, pois é através dela que se faz a justa divisão com que se repartem os bens, as vantagens e os ganhos. Tem em conta a sociedade e o outro, ou seja, através das leis instauradas pelos governantes atinge-se a felicidade mútua.

---

<sup>39</sup> [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2002000100009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009)

<sup>40</sup> [www.feminismo.org.br](http://www.feminismo.org.br)

Deve ter-se em conta que a justiça natural é diferente da justiça das leis, criada pelo ser humano, pois a segunda não é um fim em si mesmo, mas um meio para a realização do indivíduo na *polis*.

A incapacidade de conseguir dar uma resposta satisfatória às necessidades dos/as cidadãos/cidadãs com deficiências ou “discapacidades” advém de uma ineficaz teoria dos princípios políticos básicos do contrato para o benefício mútuo.

O importante é dar lugar à existência de uma teoria da justiça humana que vise todos os indivíduos de igual modo, com as suas deficiências e diferenças, promovendo uma assistência médica, facilitando o acesso a uma educação adequada, para que as “discapacidades” existentes também obtenham resposta.

Para Nussbaum, o enfoque das capacidades é a proposta melhor preparada para dar resposta eficaz a estas questões. Isto porque, parte da concepção de ser humano como animal social, em oposição ao animal político de Aristóteles, cuja dignidade não depende de uma racionalidade idealizada, mas sim do que deve ser uma cidadania plena de igualdade para todos os indivíduos portadores, ou não, de deficiências, “discapacidades”, necessidades ou outras dependências.

Numa crítica ao kantismo, por exigir tratar todas as pessoas como fins, sem permitir a subordinação de nenhum indivíduo à causa do bem-estar social geral: “Está claro que os cidadãos/cidadãs kantianos da sociedade bem organizada pensam que a justiça e o respeito são bens intrínsecos, e mantêm uma concepção rica e plural dos benefícios da cooperação social”<sup>41</sup>.

O problema das mulheres, tema que será desenvolvido mais adiante, é, em si só, um problema urgente e, ao aprofundá-lo, podemos esperar encontrar um enorme descuido na igualdade de sexos no que diz respeito ao desenvolvimento económico, social e direitos humanos.

A visão que deveria prevalecer seria a de preservar a liberdade e as oportunidades para todos/as e cada um dos indivíduos, tendo em conta um por um, e respeitando cada um como um fim, mais do que simplesmente como o agente e suporte do fim dos outros. A prioridade é clara e suportada pelos valores da cooperação e amor: “A ideia de que a

---

<sup>41</sup>[...] “El Kantismo exige tratar todas las personas como fines, y no permite la subordinación de ningún individuo a la causa del bienestar social general. Está claro que los ciudadanos Kantianos de la sociedad bien ordenada piensan que la justicia y el respeto son bien intrínsecos, y mantienen una concepción rica y plural de los beneficios de la cooperación social.[...]” Cf. NUSSBAUM, Martha (2007). *Las fronteras de la justicia: consideraciones sobre la exclusión* [traducción de Ramón Vilà Vernis y Albino Santos Mosquera]. Barcelona: Paidós, 138.

pessoa individual deveria ser o foco do pensamento político teve algumas vezes um tratamento depreciativo por parte das feministas, a raiz de que o mesmo implica o descuido dos aspetos dos cuidados e da comunidade e de que entranha uma tendenciosa atitude masculina do ocidente a favor da autossuficiência e a competência, oposta a cooperação e ao amor<sup>42</sup>.

A ideia central é a do ser humano como um ser livre dignificado, que pauta a sua vida em cooperação e reciprocidade com o outro. Uma vida verdadeiramente humana deve ser preenchida pela razão e sociabilidade. A ausência de capacidade para uma função central é tão grave, que o indivíduo fica encarcerado em si e na sua ausência de ser. O enfoque dado torna cada indivíduo num portador de valor e um fim em si.

### 3. A parceria intelectual com Amartya Sen

Problemas como o da fome, pobreza, marginalidade e outros do quadro do sofrimento social persistem no mundo globalizado, largamente democratizado e com um nível de riqueza sem precedentes.

Sen observa que o nível de desenvolvimento de um país é medido pelo PIB – indicador que mostra o grau de riqueza alcançado pelos seus habitantes. Obviamente, todos os países ambicionam descobrir a fórmula mágica para que este indicador esteja sempre a subir. Mas para que isto aconteça, Sen adverte, o desenvolvimento e a liberdade não podem ser pensados separadamente, mas sim na relação de um com o outro.

Para alcançar um desenvolvimento económico eficaz o ponto de partida é estar-se inserido num sistema democrático. Não deve ser um sistema democrático como sendo a maioria, pois a democracia requer o cumprimento de exigências complexas. Pode-se dizer que a democracia enriquece a vida humana, permitindo que os que nela vivem encontrem liberdade social e política, oportunidades de partilha de conhecimento e saberes que contribuam para estruturar uma sociedade com valores e prioridades.

---

<sup>42</sup> “[...] La idea de que la persona individual debería ser el foco del pensamiento político ha tenido a veces un tratamiento despectivo por parte de las feministas, a raíz de que el mismo implica el descuido del aspecto de los ciudadanos y de la comunidad y de que entraña una tendenciosa actitud masculina de occidente a favor de la autosuficiencia y la competencia, opuesta a la cooperación y el amor [...]”. Cf. NUSSBAUM, Martha (2002), *Las mujeres y el desarrollo humano: el enfoque de las capacidades* [traducción de Roberto Bernet]. Barcelona: Herder, 92.

De facto, de que adianta construir um modelo de desenvolvimento baseado na riqueza económica se as pessoas continuam a ter dificuldades e necessidades? Assim, é necessário um novo modelo de desenvolvimento que vise melhorar as condições de vida do ser humano.

Sen não deixa de fora das suas preocupações o exercício individual da liberdade, considerando urgente a consciencialização dos indivíduos de que a sua liberdade pode acarretar danos terríveis à vivência do outro, e à convivência com os outros.

Deste modo, podemos dizer que Amartya Sen foi pioneiro na proposta de uma abordagem baseada no funcionamento e na capacidade.

Ao dar enfoque às capacidades, Sen defende algo que também para Rawls é essencial, ou seja, uma forma de garantir o acesso ao tipo de vida que cada pessoa gostaria de ter. Torna-se, por isso, indispensável a intervenção directa das instituições que devem promover debates e intercâmbios públicos para que os indivíduos possam exercer uma participação activa nas deliberações e acções que lhes dizem respeito.

Sen coloca em evidência a necessidade de eleger a ideia de *escolha social*, satisfazendo assim o critério do fim em si mesmo.

Tem como principal objectivo mostrar a necessidade de avaliar o desenvolvimento em termos de expansão das capacidades das pessoas para viver a vida que valorizam, e têm razão para valorizar. Para Sen, a expansão das capacidades só se pode atingir através da eliminação das barreiras que impedem o acesso a recursos básicos como é a educação, a saúde, etc. Há, por isso, que definir os critérios que avaliem as diferentes componentes do que se entende por “qualidade de vida”, sendo necessário colocá-los num processo de escolha social, mediante um procedimento que deve ser democrático.

Assim, a capacidade de uma pessoa consiste nas alternativas de realização factíveis para ela. As escolhas efetivamente feitas pelas pessoas organizam-se para que as suas escolhas reais consigam superar as limitações do sistema económico, político e social. Vivencia-se, desta forma, uma das mais importantes capacidades humanas: o poder fazer escolhas.

A capacidade que cada um/a tem de fazer escolhas depende das suas expectativas e da sua capacidade de as partilhar em busca de um bem comum.

Sen insiste na ideia de que é no espaço de referência das capacidades que melhor se podem colocar as questões sobre a igualdade e desigualdade social.

Nussbaum encontra-se em sintonia com Sen no que toca à argumentação da proposta das capacidades. Afirma a propósito: “Yo coincido de todo o corazón con las

afirmaciones de Sen acerca del espacio de la capacidad y con los argumentos que él há utilizado para sostenerlas”<sup>43</sup>, mas acaba por se afastar ao propor o conceito de “umbral mínimo”. A autora não acredita que Sen tivesse mencionado “ni que estuviese realmente a favor de una completa igualdad de capacidades. En la medida en que su propuesta queda abierta en este punto”<sup>44</sup>.

As capacidades devem entender-se como algo muito valioso para todas e cada uma das pessoas. Sen, ao contrário de Nussbaum, não propôs nada que se assemelhasse ao princípio da capacidade de cada indivíduo.

Mas, segundo Nussbaum, fica claro que Sen apoia a teoria segundo a qual devemos visar cada pessoa como um fim em si mesmo<sup>45</sup>.

A abordagem das capacidades por parte de Nussbaum afasta-se em vários pontos do enfoque dado por Sen ;

a) Se, ao contrário de Nussbaum, nunca argumentou contra o relativismo “apesar de Sen e eu estarmos em forte coincidência acerca da pobreza do relativismo cultural e da necessidade de normas universais no campo da política do desenvolvimento, ele nunca argumentou explicitamente contra o relativismo, para além dos argumentos históricos acerca das culturas não ocidentais que mostram a inadequação descritiva de muitos enfoques anti universalistas.”<sup>46</sup>;

---

<sup>43</sup> NUSSBAUM, Martha (2002). *Las mujeres y el desarrollo humano: el enfoque de las capacidades* [traducción de Roberto Bernet]. Barcelona: Herder, 40.

<sup>44</sup> *Idem, ibidem*, 41.

<sup>45</sup> NUSSBAUM, Martha (2002). *Las mujeres y el desarrollo humano: el enfoque de las capacidades* [traducción de Roberto Bernet]. Barcelona: Herder, 41.

<sup>46</sup> “[...]A pesar de que Sen y yo estamos en fuerte coincidencia acerca de la pobreza del relativismo cultural y de la necesidad de normas universales en el campo de la política de desarrollo, él nunca argumentó explícitamente en contra del relativismo, más allá de los argumentos históricos acerca de las culturas no occidentales que muestran la inadecuación descriptiva de muchos enfoques anti universalistas[...]” (*Op.cit.*,41).

b) Sen nunca tentou “fundamentar o enfoque das capacidades na ideia marxista/aristotélica do verdadeiro funcionamento humano”<sup>47</sup>, ideia que tem um papel primordial no desenvolvimento do enfoque da autora;

c) Sen não propôs uma lista de capacidades, como fez Nussbaum. Como tal, “ a ideia de fazer realmente uma lista e de descobrir o seu uso na formulação de princípios políticos não é sua e não deveria considera-se que Sen apoia nem o projeto nem os seus conteúdos específicos”<sup>48</sup>.

São várias as distinções existentes entre Sen e Nussbaum, mas as mais notórias são entre bem-estar e a capacidade de escolher, e entre direitos e capacidades; Sen defende uma complexa forma não utilitária de consequencialismos, Nussbaum, por seu lado, coloca as capacidades centrais no lugar dos direitos... “as capacidades centrais não devem infringir-se perseguindo outros tipos de vantagem social”<sup>49</sup>.

Para Amartya Sen, “os direitos políticos não são só importantes para a satisfação das necessidades como também são cruciais para a formulação de novas necessidades”<sup>50</sup>.

Após a exposição feita das principais ideias de Amartya Sen sobre o desenvolvimento e o enfoque das capacidades, assim como das semelhanças e diferenças entre ele e a autora Nussbaum, parece pertinente chamar a atenção para uma ideia que nos assaltou.

A proposta de Amartya Sen afasta-se, em determinada altura, do objetivo central de Nussbaum, que é o de visar o indivíduo como portador de valor e de um fim em si.

---

<sup>47</sup> “[...] Tampoco intentó Sen alguna vez fundamentar el enfoque de las capacidades en la idea marxista/aristotélica del verdadero funcionamiento humano, que desempeña un papel fundamental en mi argumentación [...]” (*Op. Cit.*, 42).

<sup>48</sup> “[...] Pero la idea de hacer realmente una lista y de describir su uso en la formulación de principios políticos no es suya, y no debería considerarse que Sen respalde ni el proyecto ni sus contenidos específicos[...]”, Cf. NUSSBAUM, Martha (2002). *Las mujeres y el desarrollo humano: el enfoque de las capacidades* [traducción de Roberto Bernet]. Barcelona: Herder, 42.

<sup>49</sup> “[...] Yo defiendo un version de esa visión, colocando las capacidades centrales en el lugar de los derechos: las capacidades centrales no deben infringirse persiguiendo otros tipos de ventaja social[...]” (*Op. Cit.*, 44).

<sup>50</sup> A autora cita Amartya Sen, “los derechos políticos no son sólo importantes para la satisfacción de las necesidades, sino que son cruciales también para la formulación de las necesidades”, (*Op. cit.*, 143).

Sen, de um modo geral, tenta alertar para a necessidade de ter em conta que as discussões em torno da globalização exigem um melhor entendimento acerca das questões que lhe são subjacentes. As dúvidas que se levantam a respeito da ordem económica global devem ser vistas à luz da coexistência no mundo em que vivemos, onde a miséria mais abjeta convive com uma prosperidade nunca antes vista.

Há que ter presente as contradições e, para compreender o cepticismo generalizado que rodeia a actual ordem económica global e a indulgência da opinião pública, é fundamental que os debates em torno da globalização exijam um melhor entendimento das questões que tendem a ficar submersas numa retórica de confrontação, de um lado, e em refutações precipitadas, do outro.

Segundo Sen, a globalização enriqueceu o mundo científico, cultural, e é evidente que também beneficiou muitos seres humanos a nível económico. Há apenas alguns séculos atrás, uma pobreza generalizada e uma vida miserável, brutal e curta, dominavam o mundo. A tecnologia moderna e as relações económicas internacionais tiveram um papel importante no ultrapassar desta situação de penúria. As dificuldades económicas que os pobres atravessam no mundo atual não poderão ser combatidas se eles forem privados das enormes vantagens da tecnologia moderna, da eficiência comprovada do comércio e dos fluxos financeiros internacionais, assim como das vantagens sociais e também económicas de se viver em sociedades abertas, ao invés de fechadas.

O que se torna imperativo é a distribuição mais justa dos frutos da globalização. O principal desafio está em combater as desigualdades entre nações e indivíduos. As desigualdades mais relevantes incluem as disparidades de riqueza, mas igualmente enormes assimetrias de poder político, social e económico.

A questão crucial é a partilha dos ganhos potenciais da globalização, entre os países ricos e países pobres e entre os diferentes grupos no interior de cada país.

A preocupação essencial diz respeito aos enormes níveis de desigualdade e de pobreza. É, portanto, imperiosa a necessidade de dar imediata e prioritária atenção à pobreza extrema e às desigualdades gritantes ainda existentes.

É necessário procurar responder à pergunta: a distribuição dos ganhos é justa e aceitável? Não basta procurar estabelecer os benefícios para todas as partes envolvidas na presença de ganhos resultantes da cooperação, a questão central não é a de saber se os resultados de uma forma específica de cooperação são os melhores para todos/as, mas sim se ela gera uma divisão equitativa dos benefícios. Para além da necessidade de desenvolvimento, no quadro de cada economia política, de projectos que permitam a

educação básica e a saúde, a criação de empregos e a reforma agrária, facilidades no acesso ao crédito, a emancipação das mulheres, entre outros, existe também a necessidade da distribuição dos benefícios das transações internacionais. Esta distribuição depende também de uma variedade de dispositivos globais, tais como, acordos comerciais, iniciativas no campo da saúde, intercâmbios educacionais, facilidades na disseminação da tecnologia, políticas ecológicas e ambientais, etc.

Mas, de alguma forma, estas propostas não serão em si mesmas discriminatórias?

Por exemplo, por analogia: um indivíduo com algumas limitações físicas que pretenda iniciar um negócio seu e necessite de recorrer a um crédito “a fundo perdido”, acessível a todos mas sendo para ele mais difícil.

Para Nussbaum, se cada indivíduo tem as capacidades, cabe aos governantes criar formas para que os menos aptos tenham as mesmas possibilidades de as fazer emergir. Logo, o crédito deve ser-lhe concedido.

Para Sen, por outro lado, o sistema deve possuir uma espécie de tabela de requisitos mínimos que o indivíduo deve preencher. Caso não atinja uma determinada percentagem mínima, as “portas serão fechadas”, e as potencialidades do indivíduo desaproveitadas.

É certo que a proposta de Sen é mais exequível do que a de Nussbaum que, em certos pontos, mais se assemelha a uma utopia.

A proposta de Sen revela-se produtiva como forma de dar respostas às necessidades dos cidadãos/cidadãs capacitados e descapacitados, mas não apresenta nenhuma proposta de modificação, apenas uma proposta que pode resultar numa mentalização que posteriormente pode gerar uma cooperação e um compromisso das sociedades e dos seus intervenientes.

## **CAPÍTULO II**

### **O abismo das minorias**

## 1. “Cultivar a humanidade”: um projeto intelectual

Os pensadores do século V consideravam inútil insistir na pesquisa metafísica sem se estudar primeiro o ser humano em profundidade e determinar as suas capacidades.

Todas as sociedades modernas mostraram grandes níveis de desigualdade. No terreno da educação é onde as carências são mais graves. Indivíduos descapacitados são estigmatizados por se considerar inútil o gasto que se faria para tentar educá-los, como tal, são colocados à “margem” sem possibilidade de acesso a uma educação adequada.

É muito relevante para o enfoque das capacidades uma concepção de cooperação social e de finalidades de princípios políticos profundamente contrária à que é prevista pelo contratualismo baseado no benefício comum.

O propósito desta cooperação social é o de obter um benefício, de promover a dignidade e o bem-estar de todos os cidadãos/cidadãs. Esta cooperação social tem como propósito que a ajuda de diferentes tipos seja dada aos que dela precisam, e que parta de uma exigência da natureza do nosso compromisso.

Não se exige, por exemplo, que o estado proporcione uma educação universitária gratuita a todos os cidadãos/cidadãs, mas que dê uma assistência baseada na igualdade mesmo que isso implique introduzir modificações.

No caso da educação dos descapacitados, as modificações devem passar pela formação e atitude dos professores e, igualmente, pelos currículos escolares.

A ideia de igualdade e respeito à dignidade, que são o ponto central do enfoque das capacidades, rompe claramente com os preceitos defendidos no modelo do contrato social baseado no benefício mútuo.

A educação deve por isso ser trabalhada de forma a permitir um desenvolvimento do conhecimento que levará certamente ao derrube de barreiras existentes.

Com o reconhecimento e respeito pela igualdade não derrubamos barreiras mas muros. Entende-se a igualdade no sentido de ser igual como pessoas e, nesse caso, como já foi referido, a educação tem um papel primordial.

Nussbaum chama atenção para a perda de identidade das escolas e universidades. Opõe-se profundamente à promoção de uma educação profissionalista e economicista despida de qualquer preocupação humanista.

O facto de Nussbaum viajar por todo o mundo confere-lhe a aptidão para defender os estudos pós-colonialistas, feministas e culturais. O mundo em que se vive hoje é um mundo global; o que falta para encarar o outro com criatividade, respeito e empatia?

O conceito de empatia pelo outro deveria ser um conceito próprio do mundo global e diversificado. Cada ser humano deveria fazer um auto distanciamento de si próprio para conseguir colocar-se no lugar do outro e isso só é possível através da empatia.

Até ao momento, o enfoque das capacidades ofereceu “pistas” no sentido de resolver uma série de ambiciosos objetivos para o mundo e alguns princípios gerais a propósito do pluralismo e soberania.

Num mundo que muda constantemente, qualquer aplicação prática do enfoque das capacidades deverá ser feito em conjunto com outras disciplinas. Quando Nussbaum, com o seu enfoque nas capacidades, questionou a ideia de desenvolvimento entendido como mero crescimento económico, insistiu que não se deveria deixar de fora o conceito de desenvolvimento humano. Uma vez que o desenvolvimento, tendo por base este conceito, vai influenciar as decisões e estratégias políticas adoptadas.

A filosofia, segundo a autora, é a disciplina que melhor se especializou na formulação de princípios políticos, deixando para outras disciplinas a tarefa de pensar como aplicar à realidade esses princípios na medida em que estes irão mudar as instituições e as suas configurações<sup>51</sup>.

As instituições desempenham um papel importante no fundamento das capacidades humanas.

Alarmada pela forma como o estudo das humanidades está a ser abandonado em todos níveis de escolaridade e em todos os países do mundo, em benefício da aprendizagem mais directamente vinculada com as actividades económicas, Nussbaum propõe, como forma de combater este abandono das artes liberais, a filosofia. Para a filosofia, quando se promove as habilidades técnicas em desmérito do estudo das humanidades, estão a formar-se estudantes com capacidades e conhecimentos desenvolvidos a nível económico o que não é garantia de uma melhor qualidade de vida,

---

<sup>51</sup> NUSSBAUM, Martha (2007). *Las fronteras de la justicia: consideraciones sobre la exclusión* [traducción de Ramón Vilà Vernis y Albino Santos Mosquera]. Barcelona: Paidós, 303.

mas estão, por outro lado, a ser privados dos conhecimentos necessários para desenvolver um pensamento crítico.

As humanidades são sem dúvida disciplinas centrais para a educação dos cidadãos/cidadãs em estados democráticos. Mas deve ter-se em atenção que a educação, para obter benefícios económicos, desprezou a educação para a cidadania, e com a marginalização das humanidades e dos programas de estudos foi descurado o pensamento crítico, a empatia e a compreensão do que é justo ou injusto.

As ciências exactas são reconhecidas como necessárias e fundamentais para uma vida melhor numa sociedade que está a ser construída sobre normas de género artificiais, as quais se tentam dissimular. Como tal, não estão ameaçadas pelas reformas educativas, por outro lado, as humanidades vão sendo substituídas por outros saberes que são tidos como saberes que estão mais ligados a uma mentalidade economicista.

As humanidades não são vistas como um saber rentável, mas sim como algo desnecessário ao desenvolvimento económico. A autora, em *El cultivo de la humanidad*<sup>52</sup>, vai contrariar esta ideia errónea que é tida por muitos como uma certeza. Para a autora, é fundamental “cultivar a humanidade” dos alunos.

Nussbaum começa por estabelecer uma relação entre as ideias propostas pela educação antiga e o que se passa na educação actualmente.

Nas cidades da antiga Grécia a educação era fundamentalmente dirigida para a moral, para a arte e para a guerra. Para o filósofo Sócrates, não há outra forma de fazer filosofia sem ser a de interrogar os homens e a cidade. Na apologia de Sócrates, é afirmado que a morte teria vindo antes se este não se tivesse dedicado aos assuntos da esfera pública.

É defendida pela autora uma reflexão sobre as liberdades e os limites da democracia com base no discernimento ético de Aristóteles. Lembra que, para Platão, o desejo é um artefacto social e por isso devemos ser orientados pela educação.

Defende a proposta de Aristóteles e do pensamento liberal moderno por ele influenciado. Tal como Platão, defende, que a escolha política deve constranger a liberdade individual buscando o todo.

Como tal, é urgente ver em que pressupostos assentam a educação moral dos jovens de hoje.

---

<sup>52</sup> NUSSBAUM, Martha (2005). *El Cultivo de la Humanidad – Una defensa clásica de la reforma en la educación liberal* [traducción de Juana Pailaya]. Barcelona: Ediciones Paidós Iberica, S.A.

É lamentável que sejam cada vez maiores as pressões em direção ao nacionalismo, havendo cada vez mais uma menor educação das novas gerações sobre pressupostos fundamentais à sua formação. Os jovens são cada vez mais incapazes de ter um conhecimento minimamente fundamentado para a cultura dos outros povos.

É urgente despertar a atenção para a necessidade de desenvolver a educação no sentido da pertença à comunidade de diferentes géneros. Segundo a autora, é nesta mentalização e trabalho desenvolvido pelas escolas e universidades que está a resposta para um nível de desenvolvimento de maior e melhor nível.

O plano de desenvolvimento deve passar pelas esferas da cultura e da moral, o conceito cidadão/cidadã do mundo apresentado em *El cultivo da Humanidad* proposto por Diógenes, o Cínico, é um exemplo fulcral disso.

A educação para a cidadania deve ter um papel de máxima importância nos currículos escolares, pois esta educação ao longo do seu processo educativo estimula as disposições e virtudes latentes no indivíduo.

Hannah Arendt, no seu artigo “A Crise na Educação”<sup>53</sup>, refere que o problema centra-se essencialmente na ambiguidade entre a autoridade da educação e a autoridade política. Deveria, portanto, existir uma autoridade que gerisse a relação entre estas duas forças.

Advém daqui a necessidade que Nussbaum teve de fundar a sua proposta no modelo crítico socrático, que considera ser o modelo mais adequado para preparar os jovens para uma cidadania democrática.

De acordo com Nussbaum, a educação socrática e a democracia devem ter a capacidade de proporcionar ao indivíduo a possibilidade de se consciencializar das suas acções de forma a “apresentar-se” sensata e reflexivamente. É por isso fundamental para a autora que cada indivíduo consiga fazer prevalecer a sua capacidade de deliberação.

A educação não consiste por isso num acto de reivindicar para si um conhecimento, mas sim de colocar esse conhecimento ao dispor mediante o qual cada indivíduo pode chegar a conhecer o que é melhor para a sua vida, e assim atingir a felicidade que anteriormente referimos como sendo fundamental para a autora.

---

<sup>53</sup> ARENDT, Hannah (1961). *Between Past and Future: Six Exercises in Political Thought*. New York: Viking Press. 173-196 [trad. N.T].

## 2. A importância da educação na concretização do projecto de Martha Nussbaum

*A nova educação arruinará o auto controlo viril, converterá os jovens em rebeldes obcecados pelo sexo que destruirá a cidade*<sup>54</sup>.

Como cidadãos/cidadãs conscientes que somos temos que tomar decisões que exigem muitas vezes a compreensão dos diferentes grupos de indivíduos. Não podemos em momento algum demitir-nos do nosso papel de cidadãos/cidadãs activos e responsáveis.

O mundo é um espaço público. É uma construção que assenta no afastamento da natureza, é uma subconstrução. São os indivíduos na sua fase já adulta que constroem este mundo, as crianças e futuros jovens são convidados a participar neste mundo já construído.

Tendo isto em conta, é necessário, aliás, fundamental, preparar adequadamente estes jovens desde tenra idade para que possam no seu estado adulto trazer algo de novo e valoroso ao mundo.

Os adultos nunca se podem demitir da sua tarefa de construtores do mundo.

Nussbaum vai então referir a importância da criação de novos currículos escolares para a educação liberal que é, na sua opinião, a resposta a uma educação que está decididamente perdida e afastada daqueles que deveriam ser os seus reais objetivos.

Uma educação liberal é uma educação não mecanizada que deve pôr em evidência o lazer e o trabalho, que se alcançam através do cultivo da justiça. Estes requisitos são fundamentais para que os indivíduos vivam em sociedade.

Só através da educação liberal o indivíduo pode adquirir a capacidade de se sentir e de reconhecer o outro como cidadão/cidadã.

O respeito e a lealdade do indivíduo enquanto cidadão/cidadã devem ser estendidos a todo o género humano.

A educação socrática é entendida por Nussbaum como um património de todos os seres humanos, como tal deveria conseguir adaptar-se aos tempos atuais de forma a ajudar a solucionar os problemas existentes.

---

<sup>54</sup> “[...]La Nueva Educación arruinará el autocontrol viril, convertirá a los jóvenes en rebeldes obsesionados por el sexo y destruirá la ciudad[...]” Cf. NUSSBAUM, Martha (2005), *El Cultivo de la Humanidad – Una defensa clásica de la reforma en la educación liberal* [traducción de Juana Pailaya]. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, S.A, 19/20.

Não podem de forma alguma continuar a existir as barreiras entre as diferentes classes e géneros numa sociedade que se diz inclusiva.

A educação liberal, tal como a autora a defende, é democrática, com o objetivo de educar os indivíduos para que se sintam participantes activos na sociedade onde vivem e consequentemente do mundo. Visa cultivar o ser humano na sua totalidade para que possa exercer da melhor forma as suas funções de cidadania e de vida individual.

Deve retirar-se da noção de educação liberal proposta pela autora, a ideia de que a pretensão desta é que os agora jovens sejam preparados para que a sua vida futura vá desembocar no conceito “cidadão/cidadã do mundo”.

Pode entender-se o cidadão/cidadã do mundo como “o ideal de um cidadão/cidadã cuja lealdade principal é para com os seres humanos de todo o mundo, e cujas outras lealdades, nacionais, locais e de grupos diversos, são consideradas claramente secundárias”<sup>55</sup>.

É fundamental que esteja presente nas acções desenvolvidas pelos seres humanos a importância de que as prioridades devem passar pelo reconhecimento da importância da vida humana. Deve desde cedo ser inculcada esta ideia, para que se possa desenvolver genuinamente as capacidades de ligação ao outro.

Nesta altura é pertinente perguntar:

- Mas qual é então a tarefa fundamental da educação?
- O que é que vale a pena ser ensinado e por quê?

Randall Curren afirma, a determinada altura, no capítulo *Liberal Education and the Relationship between Education and Work*, do livro *Philosophy of education: an anthology*, que não é nas escolas nem nas universidades, que se tornam cada vez constringidas por critérios de desempenho, mas sim nas universidades da vida que cada jovem pode procurar e encontrar a sua emancipação experienciando outras formas de vida.

---

<sup>55</sup> “[...]El ideal clásico del «ciudadano del mundo» se puede entender de dos maneras, e igualmente el «cultivo de la humanidad». La versión más inflexible e exigente es el ideal de un ciudadano cuya lealtad principal es para con los seres humanos de todo el mundo, y cuyas otras lealtades, nacionales, locales y de grupos diversos, se consideran claramente secundarias[...]”, Cf. NUSSBAUM, Martha (2005). *El Cultivo de la Humanidad – Una defensa clásica de la reforma en la educación liberal* [traducción de Juana Pailaya]. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, S.A, 28.

É a partir da sua visão antropológica que define o programa educativo que considera ser aquele que se deveria aplicar para ser possível atingir o desenvolvimento humano económico e intelectual.

À semelhança de Nussbaum, Randall começa por abordar a questão do papel das instituições e escolas de nível superior. Reconhece que a política universitária favorece o debate<sup>56</sup>, mas a verdade é que o facto de haver debate não significa que exista liberdade de pensamento.

O autor dissocia debate de retórica. Como tal a escola deve ser neutra para não limitar o pensamento dos alunos.

Para os estóicos, seguindo a linha de pensamento de Sócrates, a tarefa central da educação é tirar os alunos da passividade de pensamento em que se encontram tornando-se seres pensantes e criadores das suas próprias opiniões, decisões e acções. A argumentação crítica conduz inevitavelmente ao poder intelectual e à liberdade que é em si transformadora do próprio eu, das suas motivações e desejos.<sup>57</sup>

Vivemos uma enorme transformação cultural e cada vez mais as políticas estão orientadas para valorizar o trabalho e a produção, esquecendo a verdadeira função das escolas e universidades, exigindo destas currículos com objectivos fundamentalmente económicos.

Os governantes, com os seus discursos ilusórios, fazem crer aos educadores, pais e alunos que estão a visar, tal como Randall refere, uma educação para a vida, quando na realidade o que se lhes é oferecido é uma educação para o trabalho massivamente produtivo.

Princípios básicos, como o cuidado consigo, com o outro e com o mundo, o incentivo à reflexão, à argumentação e à educação são descurados e tidos como dispensáveis.

É urgente mentalizar os governantes para a importância da educação, e para o facto de esta ser a pedra basilar para que o ser humano se aperceba da importância da humanidade e dos seres que a constituem.

---

<sup>56</sup> Em todas as universidades americanas, contrariamente ao que acontece nas portuguesas, existem cursos dedicados à retórica e à argumentação.

<sup>57</sup> NUSSBAUM, Martha (2005). *El Cultivo de la Humanidad – Una defensa clásica de la reforma en la educación liberal* [traducción de Juana Pailaya]. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, S.A., 51.

Hannah Arendt, no seu texto a *Crise na Educação*<sup>58</sup>, refere que o mundo moderno se encontra assolado por uma crise na educação que tem, originariamente, um fundamento político.

A dificuldade de assegurar a qualidade e a acessibilidade da educação deveria constituir prova suficiente para os governantes entenderem que estão longe – e cada vez mais afastados – do caminho que os conduzirá a felicidade dos membros da sua *polis*.

As escolas e universidades são cada vez mais locais de encontro entre amigos ou depósitos legais onde os pais podem deixar os filhos enquanto são absorvidos pela sua vida social e profissional. Os professores perderam o gosto por ensinar e por aprender “o professor não tem necessidade de conhecer a sua própria disciplina, acontece frequentemente que ele sabe pouco mais do que os seus alunos”<sup>59</sup>.

Muitos jovens alunos sentem-se abandonados à sua própria sorte procurando por outros meios obter conhecimento sobre o mundo, o que na maioria dos casos se revela um problema grave, pois se a informação obtida não é correcta, adequada ou filtrada, gera conhecimentos e conhecedores deformados.

Estes jovens, aprendem a comunicar empregando códigos próprios, muito distintos dos elaborados pelas instituições de ensino, o que acentua cada vez mais o abismo entre professores e alunos.

Muitas escolas sofreram ao longo dos anos uma grande heterogeneidade social e cultural, diferentes pessoas com diferentes graus de aprendizagem. Estas diferenças afectam a maneira como o ensino deve ser ministrado.

Em muitos casos em que a preparação pedagógica-científica de educação para todos/as não é bem construída, deparamo-nos com uma geração de professores “criados em série” que tem cada vez menos tempo para aprender com os velhos sábios, tendo assim cada vez menos qualidade.

Para Hannah Arendt, por exemplo, é evidente que a ideia de que só se aprende fazendo está errada, porque embora se aprenda a fazer, temos que ter bases de ensinamento de qualidade para que o possamos por em prática.

---

<sup>58</sup> ARENDT, Hannah (1961). *Between Past and Future: Six Exercises in Political Thought*. New York: Viking Press, 173-196 [trad. N.T].

<sup>59</sup> *Idem, ibidem*, 5.

Para esta autora, uma educação que esteja preparada para chegar a todos deve ser uma exigência da democracia. As diversas culturas não deveriam ser tidas como um problema, mas como uma interessante possibilidade de formação vasta e libertadora.

O único tipo de educação que podemos considerar libertadora, é a liberal, pois é a única que forma alunos/as para que sejam e se sintam livres, capazes de ter e pôr ao seu serviço os seus próprios pensamentos, de conseguir formular uma visão crítica da sociedade. É essencial para todo o ser humano, uma vez que é a proposta de uma formação que deve ser especializada e que também deve ser alargada.

Esta perspetiva de educação para todos, anteriormente apresentada por Sócrates, cai por terra quando somos confrontados com afirmações proferidas pelo mesmo Sócrates, quando diz que interroga a *todos* os que encontra mas, às mulheres, essas, só as poderia interrogar numa imagem mental da vida em outro mundo<sup>60</sup>. Só muito tardiamente esta ideia foi “reciclada” para incluir as mulheres no “*todo*”, considerando-se, eventualmente, a necessidade e importância das mulheres terem acesso a uma educação igual.

Não podemos contudo esquecer que foi devido à ideia socrática de educação como necessidade e bem fundamental para todos os seres humanos que mulheres, escravos e outros seres humanos pertencentes a outras minorias tiveram acesso à educação.

A ideia que daqui sobressai é a de ser humano, logo se a educação é de máxima importância para todos os seres humanos, se se é ser humano, então deverá inquestionavelmente ter-se direito a ela.

Se os nossos governantes concebem uma educação a que só alguns terão acesso, é consequentemente impossível estender a educação a todos. Indiretamente, somos remetidos para a Platão e para a sua posição de que só apenas alguns terão a possibilidade de se dedicar e entregar plenamente aos estudos, pois esta vida não é de todo compatível com as obrigações sociais, políticas ou familiares.

Teríamos certamente, como refere Nussbaum, que procurar “uma elite com poderes mentais especiais”<sup>61</sup>, ficando, com certeza, excluída a generalidade dos seres humanos que, tendo em consideração o afirmado por Sócrates, deveriam ser abrangidos sem excepção.

---

<sup>60</sup> NUSSBAUM, Martha (2005), *El Cultivo de la Humanidad – Una defensa clásica de la reforma en la educación liberal* [traducción de Juana Pailaya]. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, S.A, 5.

<sup>61</sup> “[...]Tenderíamos que buscar una élite con especiales poderes mentales, y sólo ella sería admitida en el currículo superior[...]” (*Op.cit.*,54).

Contrariamente ao referido anteriormente sobre a concepção platónica, a concepção socrática/estóica vê com bom grado a generalização da educação, pois esta está intimamente relacionada com a cidadania e com a família, fortalecendo desta forma a política democrática e conseqüentemente o indivíduo.

Fica assim clara a diferença qualitativa entre a educação de qualidade da elite e a pobre educação das maiorias, de menores recursos; a ideia de uma educação mais generalizada é, sem dúvida, o primeiro passo no caminho do que deve ser uma educação para todos.

Esta ideia de educação generalizada deve reconhecer que os estudantes se dirigem a ela de muitos e distintos pontos de partida, por isso é fundamental a existência de diferentes desenvolvimentos curriculares.

Muito do que se aprende nos estabelecimentos educativos é saber morto. A cultura da escola está divorciada da vida social actual. É ainda desolador quando nos apercebemos que o saber perdeu significado em si mesmo e o que prevalece é a importância do saber útil.

É fundamental despertar os alunos confrontando-os com diferentes formas de ser e estar diante das coisas. Alertá-los para a necessidade de explorar o mundo e contactar com as diferentes sociedades, religiões, raças e géneros sexuais.

Num mundo e sociedade cada vez mais tecnicista são cada vez maiores as exigências de conhecimento científico/económico descurando-se como já foi referido os estudos das humanidades.

O pensamento científico transforma-se e abre visões revolucionárias sem renunciar aos ideais de compreensão e totalidade.

A filosofia e as ciências trabalharam juntas durante séculos e na actualidade a maioria do tempo parecem trabalhar de costas voltadas.

É importante perceber que as escolas e universidades devem adaptar-se de modo a despertar os alunos de maneira mais eficaz, procurando dar-lhe ferramentas para que estes criem os seus próprios métodos e comecem a utilizá-los de forma espontânea. É necessário que nessa adaptação não se descure o seu principal fundamento, e que não se eliminem os processos de vivenciação da educação e da cultura.

É casual ouvirmos que actualmente os professores não são como outrora, pois não fazem uso da sua autoridade. O professor era visto como uma fonte de sabedoria, era fundamental para a formação dos indivíduos desde tenra idade, só a disciplina e o conhecimento podem conduzir à liberdade.

As escolas da actualidade mantiveram o apreço pela necessidade de conhecimento, alargaram os horizontes, procuraram formas mais humanas de educadores e professores oferecerem possibilidades aos alunos de beberem do conhecimento de que são portadores.

Para Sócrates, não há melhor forma de ensinar os indivíduos do que através do debate e exposição do saber; os livros, segundo ele, adormecem os alunos fazendo-os esquecer da actividade da mente, que deverá ser o principal objectivo da educação<sup>62</sup>. Não se depreenda daqui que Sócrates era contra o uso dos livros, o facto é que o filósofo acreditava que os livros não podem nem devem substituir os mestres, devendo apenas ser utilizados como valiosos auxiliares de recordação de argumentação<sup>63</sup>.

O exercício do diálogo, baseado na livre argumentação, é essencial à cidadania: “Não haveremos criado cidadãos/cidadãs verdadeiramente livre no sentido socrático a menos que formemos pessoas capazes de raciocinar por si mesmas e argumentar corretamente”<sup>64</sup>.

Para Nussbaum, as universidades e escolas estão cada vez mais afastadas deste propósito. O objetivo central das políticas educativas é o de colocar a economia em papel de destaque, sacrificando disciplinas fundamentais como a filosofia ou outras de riqueza ímpar. “Vivemos num mundo desordenado, desconcertante e complicado, onde não existe nada que substitua a ativa busca pessoal de cada um”<sup>65</sup>.

Como referido anteriormente, a autora demonstra a sua preocupação com o enfraquecimento e descrédito que os estudos das humanidades, que ela considera fundamentais na formação dos jovens, têm revelado a todos os níveis.

---

<sup>62</sup>NUSSBAUM, Martha (2007). *Las fronteras de la justicia: consideraciones sobre la exclusión* [traducción de Ramón Vilà Vernis y Albino Santos Mosquera]. Barcelona: Paidós, 57-59.

<sup>63</sup> *Idem, ibidem*, 57.

<sup>64</sup> “[...]No habremos engendrado ciudadanos verdaderamente libres en el sentido socrático a menos que formemos capaces razonar por sí mismas y argumentar correctamente[...]” (*Op. cit.* 59).

<sup>65</sup> “[...]Y veríamos la verdad con que finaliza la carta de Séneca sobre los fines de la educación liberal: que vivemos en un mundo desordenado, desconcertante y complicado, donde no existe nada que reemplace la activa búsqueda personal de cada cual[...]” (*Op. cit.* 59).

As ciências exactas são vistas como fundamentais em todos os currículos escolares. É transmitida a ideia que sem elas os indivíduos ficam privados de ter acesso a melhores condições de vida, como tal as reformas escolares incluem-nas nos currículos sem hesitação.

As humanidades são assim aos poucos substituídas por outras disciplinas que no entender daqueles que governam, lhe trarão o tão ansiado PIB de níveis elevados.

O comportamento daqueles que dirigem as instituições educativas e os seus fundamentos, parece estar cada vez mais centrado em satisfazer as exigências economicistas. Deveriam estar preocupados em criar estratégias para satisfazer as necessidades que as crianças e jovens têm para se tornarem adultos responsáveis, livres e felizes.

Para estes “negociantes” de saberes as humanidades não são mais do que desnecessidades, superficialidades que não satisfazem as exigências de um mundo globalizante que visa fundamentalmente o desenvolvimento económico.

O propósito de proporcionar um melhor nível de vida aos seres humanos não pode servir de pretexto para se renunciar à qualidade da educação, gerando políticas educativas que menosprezam a formação dos indivíduos para os problemas sociais da democracia.

O ser humano como participante activo do mundo deve ser cada vez mais formado e incentivado a ser solidário, crítico e participativo.

É errada a ideia que transparece que o desenvolvimento económico é sinónimo de felicidade, saúde e educação de qualidade para todos. As desigualdades e carências existentes são mascaradas por uma ilusória ideia de bem geral.

Em nome desse bem geral “devemos educar as pessoas para que possam realizar-se como cidadãos/cidadãs do mundo com sensibilidade e capacidade de compreensão”<sup>66</sup>. Para isso, é necessário incentivar o desenvolvimento do pensamento crítico, a capacidade de colocar-se no centro dos problemas do mundo e a ter a capacidade de imaginar e de sentir as dificuldades do outro.

---

<sup>66</sup> “[...]«Ya no se puede reducir todo esto sólo a nuestro país: se trata del planeta entero». Debemos educar a las personas para que puedan desempeñarse como ciudadanos del mundo con sensibilidad y capacidad de comprensión [...]” Cf. NUSSBAUM, Martha (2007). *Las fronteras de la justicia: consideraciones sobre la exclusión* [traducción de Ramón Vilà Vernis y Albino Santos Mosquera]. Barcelona: Paidós, 77.

Diógenes, o Cínico, recusou viver uma vida de acordo com os costumes e exigências sociais por temer perder a sua liberdade. Viveu miseravelmente nas ruas, pois para ele a pobreza proporcionava a independência do pensamento e do discurso<sup>67</sup>.

Para Nussbaum, a imaginação e o pensamento crítico é o que proporciona ao ser humano essa condição. De certa forma, o comportamento incorreto e chocante de Diógenes procurava “fazer com que as pessoas questionem os seus preconceitos, fazendo-as tomar consciência de como é difícil dar boas razões para muitos dos nossos sentimentos mais profundos”<sup>68</sup>.

O que se pretende que fique evidente é o facto de ser necessário entendermos as diversas formas pelas quais as pessoas optam por reger as suas vidas, ou seja, é fundamental respeitar, entender e participar activamente numa comunidade que deve “abarcara o mundo inteiro”<sup>69</sup>.

A educação tem por isso a obrigação de fazer-nos conscientes da pertença a uma comunidade, seja essa comunidade por nascença ou eleição. O desenvolvimento da capacidade de compreensão e empatia pode claramente ser a solução para problemas como o racismo, a marginalização e a exclusão que continuam a fazer parte das sociedades actuais.

Ninguém escolhe onde nasce, e como tal pode fazer parte de qualquer nação “ao admitir isto, não deveríamos permitir que diferenças de nacionalidade, classe, de pertença a um grupo étnico, ou mesmo de género, se constituam como barreiras entre nós e os nossos semelhantes”<sup>70</sup>. Daí que “o nosso comportamento deveria estar sempre marcado pelo respeito à dignidade da razão e da eleição moral de todos seres humanos”<sup>71</sup>.

---

<sup>67</sup> *Idem, Ibidem*, 83.

<sup>68</sup> “[...]Es posible que el sentido de su comportamiento improprio fuera en sí socrático: hacer que las personas cuestionaran sus prejuicios haciéndoles tomar consciencia de lo difícil que es dar buenas razones para muchos de nuestros sentimientos más profundos” (*Op. cit.* 83).

<sup>69</sup> NUSSBAUM, Martha (2007). *Las fronteras de la justicia: consideraciones sobre la exclusión* [traducción de Ramón Vilà Vernis y Albino Santos Mosquera]. Barcelona: Paidós, 85. Citando Diógenes citado pela autora “La única comunidad verdadera es una que abarca el mundo entero”.

<sup>70</sup> “[...]Cualquier ser humano puede haber nacido en cualquier nación. Al admitir esto, no deberíamos permitir que diferencias de nacionalidad o classe, o de pertinencia a un grupo étnico, o incluso de género, se constituyan en barreras entre nosotros y nuestros semejantes” (*Op.cit.* 86).

<sup>71</sup> “[...]Nuestro comportamiento debería estar siempre marcado por el respeto a la dignidade de la razón y la elección moral de todos los seres humanos”(*Op.cit.*86).

O bom cidadão/cidadã é aquele que se revê no papel de cidadão/cidadã do mundo, devendo receber o outro com tolerância, hospitalidade, amabilidade mas acima de tudo com respeito por ele tal como ele é, procurando ter comportamentos morais, de justiça que visam o bem-estar humano.

Para os estóicos, a melhor forma de conhecer o outro e de o respeitar, é aprender a ter o conhecimento de nós mesmos, “vemo-nos a nós mesmos e aos nossos costumes com maior clareza quando comparamos os nossos comportamentos com os das outras pessoas racionais”<sup>72</sup>.

Ser cidadão/cidadã do mundo não é estar de forma passiva diante da vida e dos outros, é saber relacionar-se com os outros e manter o juízo crítico em relação às decisões políticas e aos comportamentos desrespeitadores daqueles que em vez de visarem o bem comum visam o bem individual.

Como já foi referido anteriormente a chave para reconhecer a humanidade de todos os seres humanos é a educação, e como tal deveria ser a pedra basilar de todas as políticas e governantes.

Não é claro para estes governantes como o ensinamento das humanidades é fundamental para a formação e despertar das capacidades dos indivíduos, e de como a formação dos indivíduos enquanto cidadãos/cidadãs pode contribuir para melhorar a qualidade de vida individual e universal.

O saber técnico e economicista tem absorvido os programas curriculares com “promessas” de um saber elaborado e eficaz, que aparentemente é a única forma de chegar ao sucesso e desenvolvimento da sociedade.

Ficam esquecidas as funções humanas dos seres em prol das funções mecanizadas. Não se dá importância ao facto de ser capazes de expressar e compreender emoções que permitem a possibilidade de se colocar no lugar do outro. A empatia pelo outro é essencial para a vida e para ter conhecimento da humanidade.

Nussbaum afirma que “a educação deveria orientar-se no sentido do desenvolvimento da personalidade humana e no sentido da dignidade pessoal; além disso, deve apontar para o fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais”<sup>73</sup>.

---

<sup>72</sup> “[...]Consideraban que era valioso para el conocimiento de uno mismo reflexionar sobre la humanidad tal como existía en el mundo entero: nos vemos a nosotros mismo y nuestras costumbres con mayor claridad cuando comparamos nuestros compartimientos con los de otras personas razonables[ ...]”(*Op. Cit.* 87).

<sup>73</sup> NUSSBAUM, Martha (2007). *Las fronteras de la justicia: consideraciones sobre la exclusión* [traducción de Ramón Vilà Vernis y Albino Santos Mosquera]. Barcelona: Paidós.95.[*apud* Albie Sachs].

As escolas não devem visar apenas o desenvolvimento das capacidades técnicas para o trabalho, mas ter também em conta que deve educar os indivíduos a ter consciência das suas fragilidades, e fornecer meios para que estes construam uma identidade própria onde a capacidade de desenvolvimento do pensamento crítico seja imperativa.

São poucas as instituições educativas que têm como objectivo formar seres humanos e não máquinas humanas que têm como principal função produzir. A possibilidade de preparar os jovens adultos para serem cidadãos/cidadãs, que anseiam pela cooperação, solidariedade e consciência da necessidade de contar e compreender os outros afigura-se pouco rentável.

A educação proposta pela autora é uma educação que procura preparar todos/as os/as estudantes de tal modo que, na qualidade de futuros/as juízes, legisladores/as ou cidadãos/cidadãs que venham a desempenhar qualquer outra função, aprendam a tratar a pessoas com respeito e compreensão.

Neste sentido, diz Nussbaum: “Uma boa educação superior deveria desenvolver nos estudantes a capacidade de interpretar”<sup>74</sup> e desenvolver a compreensão e empatia pelas diferentes culturas e minorias étnicas.

Não há dúvidas de que é necessário ensinar a ler, a escrever, a valorizar os demais e respeitar as suas diferenças, mas é também fundamental ensinar a ser crítico, a exercer o seu poder argumentativo, a exercitar a imaginação para que nos possamos sentir verdadeiramente humanos.

A escola deve ajudar a desenvolver a sensibilidade em relação aos outros e ao mundo que nos rodeia, deve indicar qual o caminho e os conhecimentos necessários para tratar responsabilmente o planeta e o demais seres humanos.

Universidades e escolas deveriam ser ao mesmo tempo estabelecimentos que promovessem a educação, a compreensão e o fortalecimento dos vínculos com o mundo material e social.

Actualmente existem diversas propostas educativas que promovem a necessidade de vínculo entre as ciências, as matemáticas e a vida quotidiana. Nussbaum visa, por outro lado, a necessidade de se trabalhar sobre a argumentação para que os estudantes aprendam a distinguir as diferentes falácias presentes no discurso.

---

<sup>74</sup> “[...]Una buena educación superior debería desarrollar en los estudiantes la capacidad de interpretar[...]” Cf. NUSSBAUM, Martha (2007). *Las fronteras de la justicia: consideraciones sobre la exclusión* [traducción de Ramón Vilà Vernis y Albino Santos Mosquera]. Barcelona: Paidós, 99.

É importante saber argumentar para que se possam expor corretamente as suas próprias convicções, de forma a reduzir conflitos que possam advir de uma má exposição e, fundamentalmente, para aprender a pensar criticamente sobre todos os assuntos; neste caso concreto, sobre os problemas do desenvolvimento humano e da humanidade.

Parece evidente ser por este motivo, e por todos os outros que temos vindo a apresentar, que Nussbaum quer converter as humanidades e as artes em disciplinas fundamentais e obrigatórias dos currículos escolares a todos os níveis de ensino, pois estas são essenciais para desenvolver o conhecimento pelas emoções e a capacidade de se colocar incondicionalmente no lugar do nosso semelhante.

As ciências humanas ou humanidades apresentadas por Nussbaum visam essencialmente permitir a compreensão dos vínculos entre os diferentes indivíduos, grupos sociais e culturas do mundo.

O propósito do cultivo da humanidade enunciado pela autora tem como fundamento a formação do cidadão/cidadã do mundo que tem a capacidade de definir critérios e problemas sobre os quais se quer debruçar e refletir.

Resumindo, a autora define três “habilidades” que o indivíduo deve ter enquanto ou com o propósito de se tornar cidadão/cidadã do mundo. Terá como principal objetivo o de cultivar a humanidade e, como tal, as seguintes habilidades são fundamentais:

1. A habilidade para fazer um exame crítico de si mesmo e das tradições da sociedade em que está inserido;

2. A habilidade para se ver a si mesmo não só como cidadão/cidadã pertencente a uma realidade própria, mas também a uma realidade universal com diferentes indivíduos, religiões e culturas, devendo estabelecer laços de respeito, reconhecimento e preocupação com o outro;

3. A habilidade para desenvolver uma imaginação narrativa, isto é, a capacidade de se colocar no lugar do outro, seu semelhante, compreendendo os seus medos, aflições e felicidades<sup>75</sup>.

As escolas apostam cada vez mais na formação dos indivíduos de maneira a que o que aprendam seja na perspetiva de se aplicar imediatamente na vida prática. Mas, para a autora, é fundamental o ensino da filosofia, na medida em que, se os alunos “não aprendem a discutir com rigor, curiosidade e respeito mútuo sobre os temas da atualidade” é com a

---

<sup>75</sup> *Idem, ibidem*, 28-31.

filosofia que estes têm a possibilidade de analisar e discutir “abundante e rigorosamente temas pertinentes ao relativismo cultural, e também todas as leituras sobre temas interculturais que chegam a ter entre mãos”<sup>76</sup>, permitindo, assim, um desenvolvimento mental geral.

É evidente a importância da educação na formação do ser humano e que as diferentes instituições educativas não estão universalmente disponíveis para receber todos e todo o tipo de alunos. A escola é substituída pelo mundo dos *media*, formando indivíduos sem valores, que se colocam no centro do mundo comportando-se como senhores de uma realidade absoluta e ilusória.

É por isso urgente pôr a ‘nu’ a necessidade de compreender os diferentes modos de existência e preparar um plano para combater as tendências destrutivas do ser humano, que são sistematicamente alimentadas. É urgente chamar a atenção para as causas da indiferença e impotência de muitos indivíduos, para a dificuldade de assumir compromissos, e de compreender o universo caótico da relação entre o eu e o outro.

É urgente criar políticas de inclusão de forma a oferecer aos seres humanos propostas de igualdade e respeito por essa igualdade.

A proposta de Nussbaum é a educação liberal: “Na atualidade, não é suficiente o que estamos a fazer para ampliar o nosso entendimento, e esta falha está a danificar a nossa nação, tanto nos negócios e na política como nas apressadas deliberações sobre o meio ambiente, a agricultura e os direitos humanos. Devemos, e podemos, cultivar o entendimento através de uma educação liberal, e uma educação não será verdadeiramente ‘liberal’ (capaz de formar cidadãos/cidadãs verdadeiramente livres e autónomos) a menos que faça frente a este desafio.”<sup>77</sup>

---

<sup>76</sup> Sobre o papel da filosofia “El primero fue ceder a la filosofía un lugar central en el programa, en el sentido de que todos los participantes analizaran y discutieran abundante y rigorosamente temas pertinentes al relativismo cultural, y también todas las lecturas sobre temas interculturales que llegaron a tener entre manos.” (*Op.cit*, 110).

<sup>77</sup> “[...]En la actualidad, no es suficiente lo que estamos haciendo para ampliar nuestro entendimiento, y esta falla está danado a nuestra nación, tanto en los negocios y en la política como en las apremiantes deliberaciones sobre el medio ambiente, la agricultura y los derechos humanos. Debemos, y podemos, cultivar el entendimiento a través de una educación liberal; y una educación no será verdaderamente «liberal» (capaz de formar ciudadanos verdaderamente libres y autónomos) a menos que haga frente a esta desafío [...]”. (*Op.cit*.189-190).



## **CAPÍTULO III**

### **“Cultivar a humanidade”: um projecto aplicado às mulheres**

## 1. Mulheres na margem da humanidade

[...] *não há na administração da cidade, nenhuma ocupação, meu amigo, própria da mulher enquanto mulher, nem do homem, enquanto homem, mas as qualidades naturais estão distribuídas de modo semelhante em ambos os seres, e a mulher participa de todas as atividades, de acordo com a natureza, e o homem também, conquanto em todas elas a mulher seja mais débil do que o homem.*

Platão, *República* (V, 455d-e)

*Idealmente deveríamos amar todos os seres humanos. No entanto, é difícil amar algum desconhecido, ou um diferente.*

Nussbaum, *El cultivo de la humanidad*, 235.

O ser humano é um ser social, vive permanentemente em contacto com os outros seres, com os quais interage. A importância da dimensão social do ser humano manifesta-se de forma lógica quando o contacto social lhe é limitado.

O viver especificamente humano realiza-se na relação com os outros, na convivência social. Manifesta-se aí a partilha e a solidariedade, a ajuda e a cooperação, mas é também aí que, por outro lado, se pode gerar o conflito e o antagonismo, a hostilidade e o choque de interesses.

Só em comunidade se podem realizar os fins comuns, mas é também neste espaço que se chocam as diferentes formas de existência.

É em sociedade que se conquista o processo de libertação das limitações que constantemente procuramos superar. Para Sartre, a “liberdade do indivíduo termina onde começa a liberdade do outro”, como tal, podemos defender que é a liberdade do outro que torna possível a nossa liberdade. É através da liberdade que o ser humano se torna responsável pelas suas ações e adquire dignidade própria.

Assalta-nos então a questão: não terão as mulheres como seres humanos que são direito à liberdade em toda a sua plenitude?

Qualquer um de nós responde sem hesitar: é evidente que sim.

Então, porque será que todos temos consciência que é um direito que lhes assiste, e a sociedade continua a proceder como se não o tivessem. O que acontece, na verdade, é

pior e mais vergonhoso, a sociedade limita-se a fazer de conta que não vê que os direitos destes seres são ignorados, vandalizados e oprimidos.

Temos uma ideia de que houve uma mudança de atitude nas questões da desigualdade mas, na verdade, as mudanças de atitude em relação às questões de género, foram menos súbitas e profundas do que se pensava.

O princípio segundo o qual todos os seres humanos são iguais faz hoje parte da ortodoxia política e ética dominante, mas será ele aceite e praticado?

Quando questionamos os fundamentos do princípio de que todos os seres humanos são iguais e procuramos aplicar esse princípio a casos particulares, como por exemplo, à homossexualidade, à raça e às questões de género, facilmente concluímos que este princípio começa a desvanecer-se.

São muitos os que acreditam que o princípio de igualdade exige que os membros das minorias desfavorecidas sejam privilegiados na atribuição de empregos ou em outros lugares, outros há que acreditam que este princípio é integrador e não favorece nenhum tipo de discriminação, seja ela contra ou favor dos indivíduos que vivem na “periferias” da sociedade.

Existem estudiosos que continuamente argumentam que não há necessidade de existir um princípio que defenda a igualdade de todos os indivíduos, pois não existe qualquer tipo de exclusão destes indivíduos e que, na verdade, todos os indivíduos são diferentes entre si, ou seja, não existem seres humanos iguais.

Até podemos admitir que os seres humanos diferem como indivíduos, mas aceitar que, apesar disso, não existem diferenças moralmente significativas entre raças ou sexos já é “atirar areia para os olhos”.

As diferenças entre indivíduos não devem ser delimitadas pelas fronteiras raciais. O mesmo acontece no caso do estereótipo sexista que encara as mulheres como sendo emocionalmente mais profundas e solícitas, mas também menos racionais, menos agressivas e menos empreendedoras que os homens. O que é um facto é que algumas mulheres são assim, mas outras há que são emocionalmente mais superficiais, menos solícitas e mais racionais, mais agressivas e mais empreendedoras que alguns homens.

É verdade que os seres humanos diferem como indivíduos, mas não diferem enquanto raças, preferências sexuais ou sexo. Podemos dizer que a igualdade é fundamental para o bem-estar de uma sociedade e não um enunciado de características díspares dos indivíduos que a constituem.

Quando pensamos em diferenças, é impossível não pensarmos nas diferenças entre homens e mulheres. Na verdade, não existem diferenças consistentes entre eles. Mas respostas do senso comum indicam que desde sempre estas diferenças foram enunciadas, homens e mulheres tinham papéis diferentes na vida privada e social.

Somos portadores de uma consciência que é histórica, e como tal a consciência é portadora de preconceitos. Heidegger fala de uma pré-compreensão, esta pré-compreensão é que alimenta a compreensão, e é com ela que construímos o mundo.

Transportar esta ideia de consciência histórica ou pré-compreensão para as questões de género é uma complicação. Devíamos pegar na pré-compreensão e desconstruí-la, é preciso desnaturalizá-la para que tudo seja mais simples e puro. É fundamental fazer um recuo em relação à nossa realidade para ver se estamos a fazer uma análise enviesada ou não dela.

O que Aristóteles e Platão disseram sobre as mulheres é o que ainda hoje se continua a dizer sobre elas. Aristóteles é o responsável pela diferença homem/mulher, ele não só exclui as mulheres como também o faz com alguns homens, para ele a ideia de homem não abrangia todos os homens e muito menos a humanidade. O filósofo dizia que “o ser diz-se de muitas maneiras”, o problema reside no facto de maioria das vezes se dizer de uma só maneira, no masculino.

Por seu lado, Platão defende que os homens como grupo são superiores às mulheres, embora haja muitas “mulheres que são melhores que muitos homens e, portanto, deveria dar-se às mulheres a possibilidade de usufruírem de uma educação capaz de as tornar possíveis governantes da cidade”<sup>78</sup>. Tendo conhecimento da “ideia platónica, de que só quem praticasse a filosofia poderia ser bom governante, a sua proposta para as do saber, representado pela filosofia, podendo ser rainhas da cidade justa”<sup>79</sup>.

Não é possível comparar homens e mulheres, o homem é tido como o modelo e a mulher não passa de uma cópia. Para Aristóteles a mulher é um desvio relativamente ao ser perfeito que se realiza no homem, ou seja, o homem é o modelo da humanidade, e a mulher uma imperfeição, um homem “com defeito”.

---

<sup>78</sup> HENRIQUES, Maria Fernanda (2010). Concepções filosóficas e representações do feminino: Subsídio para uma hermenêutica crítica da tradição filosófica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Lisboa (Junho), n.º 89, 19.

<sup>79</sup> *Idem, ibidem*, 20.

A revolução francesa teve um papel determinante na secularização da figura feminina. É a conquista pelo direito (igualdade, liberdade e fraternidade). Ao contrário da revolução americana a revolução francesa teve as mulheres na rua.

As mulheres foram para a rua durante a revolução francesa, mas foram colocadas “de fora” na hora de legislar, ou seja, nos momentos de mudança as mulheres são chamadas, mas no momento de estabilização são remetidas para a sua condição inferior.

Podemos dizer que o homem é culpado pela sua menoridade, porque não aproveita as suas condições de desenvolvimento, e com elas preparar uma educação que lhe permita sair dessa menoridade. O que está aqui em causa é a autonomia e consequentemente a ideia de liberdade.

O conceito de igualdade proveniente da revolução francesa permite pela primeira vez pensar que todos os indivíduos são iguais.

Atualmente na maioria das sociedades ocidentais, grandes diferenças de rendimentos e estatutos sociais são comumente aceites como normais, desde que nasçam de situações de igualdade de oportunidades. A vida, nesta perspetiva, é uma espécie de corrida na qual é justo que os vencedores recebam prémios, desde que tenham tido condições iguais à partida. As condições iguais à partida representam igualdade de oportunidades e isto, segundo algumas pessoas, representa o limite até onde a igualdade pode ir.

## 2. As mulheres no quadro do desenvolvimento humano

*Assim como este mundo, que pode conhecer-se mediante o saber, escapasse-nos a causa da nossa ignorância, também o mundo da personalidade (que pode realizar-se através do nosso eu pessoal) vê-se a si mesmo restringido pelos limites da nossa compaixão e da nossa imaginação. A ténue luz da insensibilidade, grande parte do nosso mundo continua a parecer-nos uma procissão de sombras nómadas<sup>80</sup>.*

Rabindranath Tagore, *La Religion del Hombre*

Martha Nussbaum começa o seu livro “*Las mujeres y el desarrollo humano*” com a seguinte afirmação: “As mulheres carecem de apoio em funções tão fundamentais da vida humana na maior parte do mundo”<sup>81</sup>. É difícil não pensar que mundo é este que não cuida de todos os seres que o habitam de igual modo.

Deveríamos ficar chocados e envergonhados por paredes meias com as das nossas casas existirem mulheres que são brutalmente violentadas a todos os níveis: físicos, emocionais e intelectuais. São mal alimentadas, não recebem os mesmos cuidados de saúde e são privadas de ter acesso a qualquer tipo de conhecimento.

E porquê? Terá o mundo, maioritariamente sob domínio masculino, medo do que possam as mulheres fazer se lhe forem dadas as mesmas condições e oportunidades, ou será pior, e é mesmo o facto de as acharem incapazes e inferiores?

Não são visadas como fins em si mesmos, como pessoas com dignidade que são merecedoras de respeito e justiça como os restantes indivíduos, são sim visadas como meios para que os outros atinjam os seus fins. A analogia que nos surge é da mulher como uma “ponte” que faz ou permite fazer a ligação entre a vida privada e a vida social dos indivíduos de uma sociedade, educando, cuidando e satisfazendo as necessidades sexuais, emocionais e de outras naturezas do outro com quem coabita.

---

<sup>80</sup> Nussbaum, Martha C. (2009). *India: Democracia y violencia religiosa*, Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, S.A.79.

<sup>81</sup> NUSSBAUM, Martha (2002). *Las mujeres y el desarrollo humano: el enfoque de las capacidades* [traducción de Roberto Bernet]. Barcelona: Herder.,27. “Las mujeres carecen de apoyo en funciones fundamentales de la vida humana en la mayor parte del mundo”.

Após décadas de maus tratos e marginalização das mulheres, muitos perguntarão porque deverá isso mudar, que proveito se retirará daí?

Diversas teorias femininas tentaram demonstrar a ideia de que a identidade feminina é “uma condição apreendida ao longo da vida na relação com o *outro*, construída culturalmente, e que está além de uma essência inscrita na sua anatomia.

São várias as teorias políticas que têm por objeto o estudo da igualdade de gênero, ou seja, são teorias que investigam o sentido em que homens e mulheres são iguais, para que uma sociedade seja justa quanto ao gênero, de forma a quebrar as barreiras existentes”<sup>82</sup>.

A intervenção da ciência é a este respeito duvidosa e não está livre de preconceitos: “Muitos dos estudos que pretendem descobrir diferenças inatas entre homens e mulheres tem defeitos científicos que fazem duvidar das suas conclusões”<sup>83</sup>.

Não serão já estes estudos discriminatórios?

“Por mais diversificadas que possam ser as concepções de igualdade, estas têm de lidar simultaneamente com a procura por um espaço de não-interferência social e estatal”<sup>84</sup> nas escolhas e na conduta individual das mulheres, bem como com a procura de intervenção estatal na esfera privada quando é preciso evitar atitudes discriminatórias.

As mulheres têm de dar a voz: “Podemos assegurar com toda a certeza que o conhecimento que os homens podem adquirir sobre as mulheres, incluindo daquilo que foram e são, sem referência ao que poderiam ser, é horripelmente imperfeito e superficial, e será sempre assim, até que as mesmas mulheres digam tudo o que têm a dizer”<sup>85</sup>.

---

<sup>82</sup> CYFER, Ingrid (2010). Liberalismo e Feminismo: Igualdade de Género. Pateman, Carole e Nussbaum, Martha. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba (Junho), vol.18, n.º 36, 135-146.

<sup>83</sup> “Muchos de los experimentos que pretenden descubrir diferencias innatas entre hombres y mujeres tienen defectos científicos que hacen dudar de sus conclusiones.” Cf. NUSSBAUM, Martha (2005). *El cultivo de la humanidad: una defensa clásica de la reforma en la educación liberal* [traducción de Juana Pailaya]. Barcelona: Paidós Ibérica, 192.

<sup>84</sup> CYFER, Ingrid (2010). Liberalismo e Feminismo: Igualdade de Género. Pateman, Carole e Nussbaum, Martha. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba (Junho), vol.18, n.º 36, 135-146.

<sup>85</sup> “[...] Podemos asegurar con toda certeza que el conocimiento que los hombres pueden adquirir sobre las mujeres, incluso de lo que han sido y son, sin referencia a lo que podrían ser, es horripelmente imperfecto y superficial, y siempre será así, hasta que las mismas mujeres digan todo lo que tienen que decir [...]” Cf. NUSSBAUM, Martha (2005). *El Cultivo de la Humanidad – Una defensa clásica de la reforma en la educación liberal* [traducción de Juana Pailaya]. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, S.A, 191.

Voltamos à questão da importância da educação. Os homens e a sociedade em geral continuam a considerar as mulheres apenas mulheres, em vez de as ver como elas são. Segundo a autora, portadoras de capacidades e potencialidades sub aproveitadas.

Em muitos casos com os quais nos deparamos, dá vontade de dizer que mais valia deixar as mulheres no seu estado de natureza do que quererem ridicularizá-las ao submetê-las a uma educação inferior.

A educação deve ser vista como uma forma de socialização, como um factor de carácter e de virtude. Deverá ter uma dimensão moral e essencial que permita à mulher desenvolver as suas capacidades em todas as suas dimensões (mulher, esposa e mãe).

É fundamental entender a mulher como pessoa, e dinamizar o cultivo do pensamento reflexivo que lhe tem sido negado.

A educação poderá permitir uma independência da mulher em relação ao marido, à família e à comunidade, a nível intelectual e económico.

Raparigas e rapazes devem ser educados em conjunto, pois só uma educação em conjunto pode permitir uma relação mais sadia entre os sexos. É fundamental a existência de uma educação coeducativa.

Propor uma educação e uma escola para todos, onde capacidades e oportunidades são colocadas no mesmo patamar independentemente dos sexos, é permitir o desenvolvimento. Só a igualdade é geradora de progresso.

As desigualdades na educação e de acesso a esta, são a fonte principal da desigualdade política e económica entre classes, entre mulheres e homens e, também, entre membros de diferentes grupos religiosos.

Construir uma nação de cidadãos/cidadãs iguais a partir de grupos que previamente tinham sido marginalizados não é de todo uma tarefa fácil. Para a autora, nada há de mais crucial para a democracia do que a educação. É fundamental que na educação primária e secundária os jovens sejam “bombardeados” com hábitos mentais que os possam mudar, que eles os possam adotar e que os acompanhe ao longo das suas vidas.

Os governantes devem estar preparados para imaginar a situação das mulheres, tidas como diferentes, pensar nelas como membros de um grupo homogéneo, e como cidadãos/cidadãs de uma nação e de um mundo repleto de pessoas e grupos muito diferentes, mas todos igualmente merecedores de respeito e compreensão.

Actualmente o conhecimento da mulher e das suas capacidades e potencialidades começa a mudar o panorama escolar. Citando: “O conhecimento relativo às mulheres e ao

desenvolvimento por mulheres domina os currículos, transformando não só o conteúdo, como também, a pouco e pouco, a metodologia dos cursos”<sup>86</sup>.

No entanto, esta mudança é só aparente, pois em diversas partes do mundo as mulheres continuam a ser prejudicadas só pelo facto de serem mulheres. A sociedade, que resulta do contrato social, está agarrada aos princípios soberanos do homem, sujeitando a mulher às condições mais adversas, que a privam da liberdade na vida pública. A consequência disso é a exclusão da mulher da esfera pública, pois aquele que é subordinado por natureza não pode participar do espaço que é governado para os princípios que universalizam a liberdade e a igualdade.

“O autor Stuart Mill reivindicou reformas legais com o objetivo de emancipar as mulheres do domínio dos seus maridos”<sup>87</sup>. Os traços do discurso da Modernidade, como progresso e emancipação, estão presentes: “que a emancipação das mulheres apareça como uma exigência de direitos, de justiça e seja uma necessidade para o progresso e felicidade da humanidade”<sup>88</sup>.

Desde sempre, a desigualdade entre homens e mulheres foi aceite como natural. O dever da mulher consiste na preservação da vida ética da comunidade, mas o seu domínio e poder restringe-se à vida familiar.

Rousseau propõe que a educação da mulher deve estar em simbiose com a do homem, ou seja, cabe-lhe aprender como educar, amar e servir, o marido e o filho macho. A educação da mulher deveria estar claramente voltada para o outro, perdendo assim qualquer possibilidade de conquistar a sua individualidade, permanecendo submissa e dependente do sexo masculino.

Nussbaum luta contra esta proposta que parece tão distante mas que, na verdade, ainda é vivenciada por um grande número de mulheres.

Para a autora esta desigualdade é, antes de mais, um problema de justiça. É a sua proposta das capacidades humanas uma base para pensar sobre estes problemas, construir

---

<sup>86</sup> “O conocimiento relativo a las mujeres y desarrollado por mujeres domina los currículos, transformando no sólo el contenido, sino también a menudo la metodología de los cursos.” Cf. NUSSBAUM, Martha (2005). *El cultivo de la humanidad: una defensa clásica de la reforma en la educación liberal* [traducción de Juana Pailaya]. Barcelona: Paidós Ibérica, 193.

<sup>87</sup> CYFER, Ingrid (2010). Liberalismo e Feminismo: Igualdade de Género. Pateman, Carole e Nussbaum, Martha. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba (Junho), vol.18, n.º 36, 135-146.

<sup>88</sup> MILL, John Stuart e MILL, Harriet Taylor (2001). *Ensayos sobre la igualdad sexual*. Valencia: Ediciones Catedra, Universitat de Valencia, 72.

princípios políticos básicos que lhes sirvam de fundamento, e oferecer garantias institucionais para os erradicar.

As mulheres têm tanto de racionalidade como os homens, como tal, devem ser educadas de forma a descobrir as suas capacidades e virtudes da mesma maneira que os homens, em vez de serem educadas como uma espécie de seres incompletos e incapazes.

O papel das mulheres ficou aprisionado na sua função biológica: “Praticamente em todas as culturas, o papel tradicional das mulheres implica a criação dos filhos e o cuidado do lar, do marido e da família”<sup>89</sup>.

O maior problema das mulheres não é a possibilidade de aniquilação perante o outro, nem de indiferença por parte daqueles que têm mais poder ou que são a maioria na comunidade. O problema é o facto da identidade feminina ser posta ao serviço da opressão e da exploração das mesmas.

A incapacidade de reconhecer as mulheres como indivíduos, de reconhecer as suas capacidades e de as considerar como uma mais-valia, impõe uma barreira que impede as suas capacidades de passarem a um nível superior.

Para a autora, como já referimos, este não reconhecimento, não é uma questão de capricho ou desejo insatisfeito, é uma questão de justiça. Em momento algum deve deixar-se de reconhecer a dignidade humana, esta tem que ser defendida seja qual for o caso, tratando-se de homens ou mulheres, de ricos ou pobres, brancos ou negros.

A dignidade humana deve ser reconhecida e elevada ao nível mais alto de forma a fazer-se justiça.

Como tal, são necessárias diferentes políticas dirigidas a diferentes indivíduos. Corrigir as desigualdades e, neste caso específico, das mulheres, é fazer um esforço reflexivo e imaginativo, onde a dedicação, preocupação e cuidado com o outro ficam visíveis.

A educação é a possibilidade que cada indivíduo tem de sair da sua menoridade, como tal, deve estar acessível a todos sem exceção seja qual for o caso, tratando-se de homens ou mulheres, de ricos ou pobres, brancos ou negros. Deve por isso pensar-se numa educação que abranja todos os indivíduos com as suas diferentes particularidades. Martha Nussbaum denuncia: “Os abusos que sofrem dia após dia milhões de mulheres – fome, violência doméstica, abuso sexual de crianças e matrimónio infantil, desigualdade perante

---

<sup>89</sup> “Prácticamente en todas las culturas, el papel tradicional de las mujeres implica la crianza de los niños y el cuidado del hogar, del marido y de la familia.” Cf. NUSSBAUM, Martha (2002). *Las mujeres y el desarrollo humano: el enfoque de las capacidades* [traducción de Roberto Bernet]. Barcelona: Herder, 321.

a lei, pobreza, falta de dignidade e de valorização delas mesmas – não são vistos de maneira uniforme como algo escandaloso, e a comunidade internacional foi lenta a decidir que se trata de abusos contra os direitos humanos”<sup>90</sup>.

Tudo isto deveria ser suficiente para provar que a proposta de oportunidades iguais não serve como ideal de igualdade. Temos que ir mais longe e eliminar as barreiras causadoras das diferenças.

---

<sup>90</sup> “[...]Los ultrajes que sufren día a día millones de mujeres-hambre, violencia doméstica, abuso sexual de niños y matrimonio infantil, desigualdad ante la ley, pobreza, falta de dignidad y de valoración de sí misma no son vistos de manera uniforme como algo escandaloso, y la comunidad internacional ha sido lenta en juzgar que se trata de abusos contra los derechos humanos [...]” Cf. NUSSBAUM, Martha (2002). *Las mujeres y el desarrollo humano: el enfoque de las capacidades* [traducción de Roberto Bernet]. Barcelona: Herder, 388.



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho fizemos um percurso balizado por temas como a educação, a discriminação de género, o desenvolvimento humano e o bem-estar, tendo por base a obra de Martha Nussbaum, filósofa americana contemporânea apresentada e discutida nas aulas de Mestrado em Filosofia da Universidade de Évora. Foi aí que nasceu o nosso interesse em estudar a sua obra, no sentido de aprofundar a questão da condição das mulheres, uma questão que só recentemente começou a ser investigada na filosofia com a mesma relevância que outras, tradicionalmente estudadas.

*En una gran parte del mundo, las mujeres salen perdiendo por el hecho de ser mujeres. Su poder humano de elección y de sociabilidad resultan frecuentemente malogrados por sociedades en las que deben vivir como agregadas y sirvientas de los fines de otros, y en las que su sociabilidad está de deformada por el temor y la jerarquía, pero las mujeres son portadoras de capacidades humanas, facultades básicas de elección que levantan una reivindicación moral de oportunidades para realizarse e prosperar. El hecho de que las mujeres, por su desigualdad, no logren un nivel más alto de capacidad como aquel al que les da acceso la opción de las funciones humanas centrales es, por tanto, un problema de justicia<sup>91</sup>.*

---

<sup>91</sup> NUSSBAUM, Martha (2002). *Las mujeres y el desarrollo humano: el enfoque de las capacidades* [traducción de Roberto Bernet]. Barcelona: Herder. 387.

A autora, e muito devido ao facto de se sentir revoltada com os valores defendidos pela sua família da ‘aristocracia’ intelectual e financeira norte-americana, procura dar respostas a problemas associados à questão da condição humana das mulheres numa sociedade globalizada: a persistência e os tipos de discriminação que este género sofre e a desvalorização das suas capacidades humanas, indevidamente aproveitadas e absolutamente desprezadas.

Tentámos que o principal objetivo da autora, o de dar ao leitor provas sólidas da falta de igualdade sexual e da importância que as teorias feministas têm na inclusão da mulher na sociedade, ficasse claro. Pois, para Nussbaum, é fundamental introduzir e chamar a atenção para a necessidade da existência de uma justiça social global.

A autora centra a sua abordagem nas aflições e situações que as mulheres enfrentam no mundo em vias de desenvolvimento, dando especial atenção às capacidades e opções das mulheres, focando-se muito para além dos obstáculos concretos que estas enfrentam.

Nussbaum apresenta o liberalismo como solução para os problemas da desigualdade. Apesar de se apoiar em muitos pontos da teoria de John Rawls, para a autora, a teoria das necessidades básicas fundamentais ao ser humano apresentada por este, é insuficiente. Como tal, Nussbaum apresenta uma proposta centrada nas capacidades básicas que cada ser humano possui e deve desenvolver para que possa funcionar plenamente em sociedade.

Ficou claro que para a autora faz mais sentido falar da ideia de capacidades do que da ideia de necessidades. As capacidades são apresentadas por ela como um conjunto de funcionalidades possíveis a cada ser humano, dando-lhe oportunidade de escolher. Segundo esta, todas as capacidades são igualmente fundamentais.

Esta proposta das capacidades tem como fundamento uma lista de dez capacidades, que não devem ser descuradas na altura em que cada ser humano toma as suas decisões pessoais ou segue as que determinam a estrutura da sociedade. Trata-se de uma lista de capacidades mínimas que, segundo a autora, permite ao ser humano viver livremente a vida que escolher. São capacidades centrais à condição humana para que cada ser humano possa levar uma vida verdadeiramente humana.

Um dos principais objetivos da autora é fazer prevalecer a ideia de que o ser humano é realmente capaz de fazer e ser. Outro dos objetivos de Nussbaum é “pegar” nas bases filosóficas e com elas transformar e explicar princípios constitucionais, para que os governantes e os governos respeitem as exigências da dignidade humana: “[...] a meta del

proyecto en su conjunto es brindar el sustento filosófico para una visión de los principios constitucionales básicos que deben ser respetados e implementados por los gobiernos de todas las naciones como un mínimo requerido por el respeto a la dignidade humana”<sup>92</sup>.

Ao defender a educação liberal, assente no estudo das humanidades, Martha Nussbaum pretende dar a base para a efetivação da educação para a cidadania mundial. São três as capacidades fundamentais a desenvolver: em primeiro lugar, a crítica e auto-crítica da própria actividade, da cultura e da tradição; segundo, a de estabelecer laços com os humanos e não humanos; e, por último, a imaginação narrativa, que permite a deslocação empática para o lugar de outra pessoa. Mas, estas três capacidades desdobram-se noutras, como mostrámos anteriormente e organizamos agora no seguinte quadro:

### CAPACIDADES HUMANAS

(Martha Nussbaum)

DIMENSÃO	CAPACIDADE
<b>Vital</b>	Capacidade de viver a vida com dignidade
	Capacidade de ter boa saúde
	Capacidade de autonomia
<b>Sensitiva, crítica, moral e criativa</b>	Capacidade de sentir, imaginar e raciocinar de forma humana
	Capacidade de formar o conceito de bem
<b>Relacional e cuidadora</b>	Capacidade de estabelecer vínculos afectivos
	Capacidade de se relacionar consigo e com os outros
	Capacidade de tratar e aceitar os outros seres vivos
	Capacidade de intervir no controlo sobre o próprio ambiente
<b>Lúdica</b>	Capacidade de jogar

<sup>92</sup> NUSSBAUM, Martha (2002). *Las mujeres y el desarrollo humano: el enfoque de las capacidades* [traducción de Roberto Bernet]. Barcelona: Herder,32.

De todas as capacidades, a ênfase é dada à razão prática e à filiação, por ambas organizarem e abarcarem todas as outras, fazendo com que se repercuta numa vida verdadeiramente humana. A justificação é a seguinte: “Cuando colocamos de esta manera la razón práctica e a la afiliación como puntos centrales no estamos afirmando que estos sean fines a los cuales pueden reducirse todos los demás”<sup>93</sup>.

Nussbaum apresenta a lista das dez capacidades como um caminho a seguir para quebrar a barreira existente entre os diferentes grupos de indivíduos. Aponta como sendo também fundamental para se combater a discriminação das mulheres a aplicação desta lista de capacidades ao conceito de justiça global.

Procurámos demonstrar que uma condição para erradicar os actos discriminatórios de que as mulheres são alvo nas sociedades mundiais, é a existência de uma consciencialização do ser humano para o seu dever moral de perseguir a justiça social. Como tal, tentámos evidenciar a urgência em estender/alargar o debate desta questão a uma escala mundial.

Não podemos, por isso, “perder de vista” o facto de que é fundamental a existência de autonomia para cada indivíduo. Nussbaum defende que a sociedade, e em especial os governantes, deve adoptar uma postura específica nestes casos.

As diferenças existentes entre homens e mulheres têm para a autora, claramente, um fundamento de construção social. Habituíamo-nos a permanecer adormecidos e complacentes com uma sociedade que é subjugada e que, por outro lado, oprime uma parte dos seus membros em sacrifício da outra parte; no caso concreto das mulheres, são subjugadas como meios para que outros seres humanos atinjam os seus fins.

Portanto, as mulheres não deviam ser tidas em conta para justificar a diferença, pois esta diferença não tem nenhuma substancialidade, ou seja, a diferença foi construída por uma sociedade que oprime o seu semelhante, não o reconhecendo como um igual mas como um meio para atingir outros fins.

Como tal, é necessário identificar os obstáculos criados pela sociedade que não permitem o desenvolvimento das mulheres e, conseqüentemente, do mundo. Nussbaum aponta caminhos para que esses obstáculos possam ser derrubados.

A lista de capacidades elaborada pela autora é no nosso entender um guia para que a sociedade transponha esses obstáculos e reconheça a mulher como igual. Nussbaum dá a

---

<sup>93</sup> NUSSBAUM, Martha (2002). *Las mujeres y el desarrollo humano: el enfoque de las capacidades* [traducción de Roberto Bernet]. Barcelona: Herder, 126.

chave da porta para que possamos viver uma vida verdadeiramente humana, cabe a cada um de nós utilizar a chave e abrir a porta a um mundo onde as mulheres têm lugar.

Quando falamos das mulheres parece que estamos a referir-nos a uma espécie “animal” pouco estudada e com pouca importância que não merece qualquer relevância. Dito isto, temos que ter em consideração que as mulheres são um grupo diminuído em várias partes mundo. Contudo, há mulheres com educação, com acesso ao poder e cujos familiares as consideram como igual, ou seja, apesar de fazerem parte de uma sociedade que assenta num patamar cimentado pelas desigualdades, mobilizam-se de várias maneiras para intervir a favor das mulheres que não têm acesso à educação e vivem num ambiente onde são vandalizadas, violadas, manipuladas e obrigadas a depender dos homens para sobreviver.

Ficou claro para nós que a educação é, por isso, e tendo em conta a autora, uma das formas mais directas de combater as desigualdades a todos os níveis e em todos os grupos sociais proporcionando o acesso a uma vida verdadeiramente digna.

A vida, para que seja realmente digna, deve ser composta integralmente pelas capacidades da razão prática e solidariedade que são, na realidade, potencialidades humanas latentes em cada ser humano. Regendo a vida por estas capacidades, consideraremos certamente que o ser humano possui a dignidade de um fim em si.

Somente em casos extremos podemos considerar que, na ausência de capacidades para realizar uma das funções centrais, a pessoa não é realmente humana, ou em casos em que deixou de o ser devido a circunstâncias da vida. Nussbaum considera que essas pessoas vivem abaixo do *umbral para cada capacidade*, ou seja, abaixo do nível no qual se considera que os seres humanos podem funcionar de um modo autenticamente humano. A sociedade deverá criar condições para que todos os seres humanos se situem acima desse *umbral*.

O enfoque das capacidades não pretende oferecer uma teoria da justiça social, nada diz sobre qual seria qual a forma mais justa de tratar as desigualdades que se situam acima do *umbral*. É sim uma descrição dos direitos sociais mínimos, com ênfase especial na discriminação das mulheres. A ideia principal é a de que é na relação que estabelecemos com cada uma das capacidades que podemos pensar o que seria a vida sem elas, ou seja, não seria uma vida com dignidade humana.

Ao falarmos de dignidade humana, somos remetidos para o conceito de *vita activa* de Hannah Arendt. Parece-nos pertinente introduzir este conceito de Hannah Arendt pois é considerado como condição básica para uma a vida digna.

Com este conceito a autora pretende substituir o ser humano junto a si mesmo, pelo de um ser humano que está junto aos outros. Isto só é possível, se implicar a pluralidade dos seres humanos e no centro da sua realização.

*Vita activa* significa “a vida humana na medida em que se empenha activamente em fazer algo, tem raízes permanentemente num mundo de homens ou de coisas feitas pelos homens, um mundo que ela jamais abandona ou chega a transcender completamente”<sup>94</sup>.

Hannah Arendt tenta, de alguma forma, fazer uma proposta de libertação do ser humano na evolução da sociedade moderna, onde a esfera privada se estende à pública, onde há uma expansão da igualdade de identidades e um aniquilamento da individualidade. Arendt chama sobretudo a atenção para a anulação do indivíduo e para a impossibilidade de desenvolvimento da individualidade em todo o seu potencial humano, denunciando a falsa ideia de individualidade presente na modernidade.

O mundo tem de ser formado por seres com igualdade de condições, para que possam não só relacionar-se entre si como possam também manifestar-se e revelar-se, e para tal, cabe ao ser humano criar novos começos que permitam a sua realização.

A acção e o discurso revelam a maneira como nos inserimos no mundo, a qual, nunca poderá ser isolada. A acção é uma forma do ser humano se abrir ao mundo. É a partir da acção que Arendt pretende repensar o mundo, uma vez que para ela só assim o ser humano poderá manifestar a sua individualidade e liberdade, o que lhe permitirá conquistar a sua cidadania perdida, quer pela falta de equilíbrio entre o espaço público e privado, quer pela opressão exercida por terceiros.

O mundo tem de ser formado por seres em igualdade de condições, para que possam não só relacionar-se entre si como possam também manifestar-se e revelar-se. Para tal cabe ao ser humano criar novos começos que permitam a sua realização.

Nietzsche procura mostrar como o ser humano é dotado de razão e como essa razão lhe confere um estatuto diferente entre os seres vivos, o que lhe permite compreender a realidade na base de certos modelos designados como racionais. Nascidos em determinadas condições históricas e culturais, com valores sedimentados, o ser humano é primeiro moral e só depois racional, devendo por isso ser visto como tal.

---

<sup>94</sup> ARENDT, Hannah (2001). *A Condição Humana*, relógio D'Água Editores, trad. de Roberto Raposo, Lisboa, 38.

Deste modo, a razão e todos os conceitos que giram à sua volta, como verdade, vontade, bem e mal, devem ser concebidos como valores, criados por uma moral que por sua vez criou o ser humano.

Podemos então dizer que o pensamento reflexivo exige um afastamento metafórico do ser para com o mundo, ou seja, é este pensamento que nos permite estabelecer juízos morais válidos, fazer a manutenção dos juízos existentes para que eles não se tornem actos imorais. É o pensar que faz do ser humano um ser autónomo e responsável pelos seus juízos, independentes do senso comum. Podemos dizer, um ser humano que pensa, julga e age corretamente.

São as relações estabelecidas no espaço público entre os diferentes seres humanos que representam a sua actividade dignificadora. Os direitos humanos deveriam ser reflexão da dignidade. Se pensados de forma a serem independentes da pluralidade da humanidade perdem o próprio sentido de dignidade.

Antes de qualquer direito, cada indivíduo, independentemente da sua raça ou religião, género ou opção sexual, tem o direito a pertencer a uma comunidade disposta e capaz de lhe garantir qualquer direito.

O ser humano tem de voltar-se para a própria ideia de humanidade como garantia dos seus direitos, é necessário procurar aquilo que, objectivamente, tende a impor ao indivíduo as restrições que ele crê ser obrigado a observar e modificá-las para que todos/as possam viver no mundo como seres na sua totalidade.

Como já foi referido, em grande parte do mundo as mulheres são alvo das mais inúmeras injustiças, sociais, familiares e, inclusivamente, delas para com elas na sua esfera privada. Mas a realidade é que todas são portadoras de capacidades humanas, que lhe são atrofiadas ou até “amputadas” só pelo facto de serem mulheres.

Pensamos ter ficado demonstrado que Nussbaum pretende, com esta proposta do enfoque de capacidades humanas, reivindicar a justiça entre os sexos, para que as mulheres deixem de ser marginalizadas, menosprezadas e agredidas, podendo passar a ser vistas como um ser humano. A ideia de que a própria realidade é construída socialmente tem implicações intimamente relacionadas, seja no âmbito político, social, institucional ou no cultural.

Os estudos educacionais propostos pela autora abrem um leque de perspetivas diferentes que têm pouco em comum com os existentes que são, em certos casos, contraditórios entre si.

As perspectivas dominantes a partir das quais a autora forma a sua ideia de educação e através da qual propõe o acesso à educação para todos é, na nossa perspectiva, uma fenomenologia social.

A autora, ao propor um novo currículo de estudos, visa tal como outros autores, que os *estudos humanistas possam atrair novos estudantes, e em alguns casos mais radicalizados, novos professores, fornecendo um campo fértil* <sup>95</sup> para uma série de mudanças culturais que confirmam a máxima importância ao papel de moldar uma sociedade integradora e promotora de educação extensível a qualquer indivíduo.

*Devemos ser o mais críticos possível e, de certa forma, estabelecer uma afinidade com as ideias* <sup>96</sup> do senso comum, que tem uma maior noção das suas necessidades e dificuldades. É fundamental desenvolver e promover um respeito, que é *frequentemente acrítico, pelas culturas dos grupos subordinados e minoritários e pelos grupos de sociedades não ocidentais, bem como, um ceticismo em relação aos meios académicos e a todas as formas de autoridade, inclusive a científica, e outras formas de conhecimento especializado* <sup>97</sup>.

Tentámos demonstrar que os argumentos apresentados pela autora procuram colocar a nu a necessidade de se valorizar a relação estabelecida entre os professores e alunos. É uma relação que é tida como sendo superficialmente atraente, conquanto contraditória, de ferramentas intelectuais.

A autora, com a sua proposta de educação integradora, oferece-nos *a possibilidade da emancipação e liberdade intelectual que só se atinge por meio da educação* <sup>98</sup>. Esta possibilidade abrange todos os indivíduos: professores, alunos, trabalhadores ou mulheres.

*Todos os seres humanos têm o direito epistemológico de desenvolver teorias, de criticar, de questionar os cientistas, filósofos etc.* <sup>99</sup>. Além disso, de forma não especificada, essa chamada liberdade intelectual deve ser considerada como uma possibilidade que contribui para mudar o mundo.

---

<sup>95</sup> YOUNG, Michael and MULLER, Johan (2007). Verdade e veracidade na sociologia do conhecimento educacional. *Educação em Revista*. Belo Horizonte (Junho), vol.45,159-196.

<sup>96</sup> *Idem, ibidem*, 169.

<sup>97</sup> *Idem, ibidem*, 169.

<sup>98</sup> *Idem, ibidem*, 171.

<sup>99</sup> *Idem, ibidem*, 171.

*Essa emancipação de todas as formas autoritárias de conhecimento está ligada à possibilidade de se alcançar um mundo*<sup>100</sup> mais igual ou justo, o que, para alguns, significa, começar a viver, a pensar, a ser considerado como parte integrante de uma família, sociedade ou até do mundo.

Por outro lado, descredibilizar qualquer afirmação de que o conhecimento, ou a formação cívica não são fundamentais, é cair na escuridão da menoridade.

A verdade sobre a realidade deve ser objetiva, se assim não for, nega a possibilidade de melhorar a compreensão do mundo e de o tornar num mundo melhor. Por motivos óbvios, esta negação tendeu a ser ignorada pelos investigadores educacionais, fazendo com que aquele que deveria ser o real propósito da educação falhasse.

Não apenas a seleção do conhecimento no currículo, mas também as avaliações e juízos do dia-a-dia que os professores faziam sobre seus alunos e vice-versa eram tratados como arbitrários. O professor, a determinada altura, começou a ser visto como problemático e foi sendo descredibilizado. Além disso, a ideia de que o professor deixou de ser o expoente máximo de saber, deixou marcas na linguagem de facilitação.

Fica a ideia chave: “Una educación es verdaderamente «adecuada para a libertad» sólo si produce ciudadanos libres”<sup>101</sup>. A filosofia é uma forma de libertação.

A nossa pretensão foi a de demonstrar de que forma o pensamento da autora podia possibilitar a integração na sociedade das minorias existentes na sociedade, em especial as mulheres. Deparámo-nos com o conceito educação e confirmámos a sua determinação neste processo.

Pensamos que conseguimos ao longo do trabalho demonstrar o porquê de ser urgente consciencializar, mais do que sensibilizar, os responsáveis pelas tomadas de decisão, locais e mundiais, de que devemos olhar “com olhos de ver” para a realidade educacional e social que nos circunda.

Cada ser humano só se realiza na sua realização com o outro e, como outro. Queremos com isto dizer que o ser humano sozinho não tem possibilidade de viver uma vida racional e, para que isto aconteça, é necessário educar adequadamente os indivíduos incentivados a raciocinar sobre a importância do outro como a sua possibilidade de ser.

Tendo este princípio como tópico fundamental da sua existência, será incapaz de desprezar, marginalizar ou infligir maus tratos a um seu semelhante.

---

<sup>100</sup> YOUNG, Michael and MULLER, Johan (2007). Verdade e veracidade na sociologia do conhecimento educacional. *Educação em Revista*. Belo Horizonte (Junho), vol.45,159-196

<sup>101</sup> NUSSBAUM, Martha (2005). *El cultivo de la humanidad: una defensa clásica de la reforma en la educación liberal* [traducción de Juana Pailaya]. Barcelona: Paidós Ibérica, 319.

Não teríamos, se puséssemos em prática a proposta da autora, a necessidade de estar a escrever sobre os direitos de cada indivíduo, dentro da sua particularidade de ser mulher, homem, preto, homossexual ou outros, e finalmente, o direito de reivindicar os seus direitos, de ser humano.

Podemos dizer que só “el enfoque puede reivindicar com justicia y que hace una contribución destacada a la prosecución de la justicia entre los sexos”<sup>102</sup>.

Pensamos que a autora faz uma proposta idealista que desemboca numa utopia, pois dificilmente será executada pelos governantes e dirigentes mundiais. Que, a nosso ver, não têm qualquer tipo de interesse em resolvê-lo, seja devido às suas próprias convicções, ou pior, devido a interesses economicistas que só são geradores de lucro quando se sacrificam seres humanos em prol de outros seres humanos. Contudo, deve-se persistir, cabendo à filosofia, pela capacidade crítica e projectiva que lhe é própria, contrariar a resistência dos sistemas.

---

<sup>102</sup> NUSSBAUM, Martha (2002). *Las mujeres y el desarrollo humano: el enfoque de las capacidades* [traducción de Roberto Bernet]. Barcelona: Herder, 392.



## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

## 1. Apresentação cronológica da obra de Martha Nussbaum<sup>103</sup>

NUSSBAUM, Martha (1978). *Aristotle's De Motu Animalium*. New Jersey: Princeton University Press.

NUSSBAUM, Martha (1986). *The Fragility of Goodness: Luck and Ethics in Greek Tragedy and Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press.

NUSSBAUM, Martha (1990). *Love's knowledge*. Oxford: Oxford University Press.

NUSSBAUM, Martha and RORTY, Amelie Oksenberg (1990). *Essays on Aristotle's De Anima*. Oxford: Clarendon Press.

NUSSBAUM, Martha and SEN, Amartya (1990). *The Quality of Life*. Oxford: Clarendon Press.

NUSSBAUM, Martha (1994). *The Therapy of Desire: Theory and Practice in Hellenistic Ethics*. New Jersey: Princeton University Press.

NUSSBAUM, Martha (1996). *Poetic Justice*. Boston: Beacon Press.

NUSSBAUM, Martha (1996). *For Love of Country*. Boston: Beacon Press.

NUSSBAUM, Martha (1997). *Cultivating Humanity: A Classical Defense of Reform in Liberal Education*. Harvard: Harvard University Press.

NUSSBAUM, Martha (1998). *Sex and Social Justice*. Oxford: Oxford University Press.

NUSSBAUM, Martha (1998). *Plato's Republic: The Good Society and The Deformation of Desire*. Washington DC: Library of Congress.

NUSSBAUM, Martha (2000). *Women and Human Development: The Capabilities Approach*. Cambridge: Cambridge University Press.

NUSSBAUM, Martha (2001). *Upheavals of Thought: The Intelligence of Emotions*. Cambridge: Cambridge University Press.

---

<sup>103</sup> Apesar de não ter estudado toda a obra de Martha Nussbaum, considerou-se pertinente listar cronologicamente a sua produção, extensa e sempre em atualização, incluindo os artigos, no que dizem respeito à temática abordada.

- NUSSBAUM, Martha. *Sleep of Reason: Erotic Experience and Sexual Ethics in Ancient Greece and Rome*. Chicago: University of Chicago Press: Ed. Martha Nussbaum & Juha Sihvola.
- NUSSBAUM, Martha (2002). Liberal education and global responsibility: A talk for a symposium at Carleton College, in honor of the inauguration of Robert A. Oden, Jr.' as president [Speech]. Retrieved September 5, 2010, from <http://www.ditext.com/nussbaum/carleton.html>
- NUSSBAUM, Martha (2004). *Hiding From Humanity: Disgust, Shame, and the Law*. New Jersey: Princeton University Press.
- NUSSBAUM, Martha (2004). *Animal Rights: Current Debates and New Directions*. Oxford: Oxford University Press,
- NUSSBAUM, Martha (2006). *Frontiers of Justice: Disability, Nationality, Species Membership*. Harvard: Harvard University Press.
- NUSSBAUM, Martha (2007). *The Clash Within: Democracy, Religious Violence, and India's Future*. Harvard: Harvard University Press.
- NUSSBAUM, Martha (2008). *Liberty of Conscience: In Defense of America's Tradition of Religious Equality*, New York: Basic Books.
- NUSSBAUM, Martha (2010). *From Disgust to Humanity: Sexual Orientation and Constitutional Law*. Oxford: Oxford University Press.
- NUSSBAUM, Martha (2010). *Not for Profit: Why Democracy Needs the Humanities*. New Jersey: Princeton University Press.
- NUSSBAUM, Martha (2011). *Creating Capabilities: The Human Development Approach*. Harvard: Harvard University Press.
- NUSSBAUM, Martha (2012). *Philosophical Interventions: Book Reviews 1986-2011*, Oxford: Oxford University Press.
- NUSSBAUM, Martha (2012). "The New Religious Intolerance: Overcoming the Politics of Fear in an Anxious Age". Harvard: Harvard University Press.

## 2. Obras e artigos de Martha Nussbaum traduzidos para espanhol

NUSSBAUM, Martha (1995). *La fragilidad del bien: fortuna y ética en la tragedia y la filosofía griega*. [traducción de Antonio Ballesteros] Madrid: Visor.

NUSSBAUM, Martha (1997). *Justicia poética: la imaginación literaria y la vida pública*. [traducción de Carlos Gardini] Barcelona: Andrés Bello, D.L.

NUSSBAUM, Martha (1999). *Los límites del patriotismo: identidad, pertenencia y "ciudadanía mundial"*. Compilado por Joshua Cohen. [traducción de Carme Castells]. Barcelona: Paidós Ibérica.

NUSSBAUM, Martha y CASS, R. Sunstein (eds.) (2000). *Clones y clones: hechos y fantasías acerca de la clonación humana*. Prólogo de Manuel Garrido [traducción de María Cándor Orduña]. Madrid: Cátedra.

NUSSBAUM, Martha (2001). *El cultivo de la humanidad: una defensa clásica de la reforma en la educación liberal* [traducción de Juana Pailaya] Barcelona: Andrés Bello.

NUSSBAUM, Martha (2002). *Las mujeres y el desarrollo humano: el enfoque de las capacidades* [traducción de Roberto Bernet]. Barcelona: Herder.

NUSSBAUM, Martha (2003). *La terapia del deseo: teoría y práctica en la ética helenística* [traducción de Miguel Candel]. Barcelona: Paidós.

NUSSBAUM, Martha (2005). *El conocimiento del amor: ensayos sobre filosofía y literatura* [traducción de Rocío Orsi Portalo y Juana María Inarejos Ortiz Boadilla del Monte]. Madrid: A. Machado Libros.

NUSSBAUM, Martha (2005). *El cultivo de la humanidad: una defensa clásica de la reforma en la educación liberal* [traducción de Juana Pailaya]. Barcelona: Paidós Ibérica.

NUSSBAUM, Martha (2006). *El ocultamiento de lo humano: repugnancia, vergüenza y ley* [Traducción de Gabriel Zadunaisky]. Buenos Aires/Madrid: Katz editores.

- NUSSBAUM, Martha (2007). *Las fronteras de la justicia: consideraciones sobre la exclusión* [traducción de Ramón Vilà Vernis y Albino Santos Mosquera]. Barcelona: Paidós.
- NUSSBAUM, Martha (2009). *Libertad de conciencia* [traducción de Alberto Enrique Álvarez y Araceli Maira Benítez]. Barcelona: Tusquets.
- NUSSBAUM, Martha (2009). *India: democracia y violencia religiosa* [traducción de Vanesa Casanova]. Barcelona: Paidós.
- NUSSBAUM, Martha (2010). *Sin fines de lucro. Por qué la democracia necesita de las humanidades* [traducción de María Victoria Rodil]. Buenos Aires/Madrid: Katz editores.
- NUSSBAUM, Martha (2011). *Libertad de conciencia: el ataque a la igualdad de respeto + "Vivir en democracia implica respetar el derecho de las personas a elegir estilos de vida con los que no estoy de acuerdo". (Entrevista de Daniel Gamper Sachse)* [traducción de Patricia Soley-Beltran]. Buenos Aires/Madrid: Katz editores.
- NUSSBAUM, Martha (2012). *Crear capacidades: propuesta para el desarrollo humano* [traducción de Albino Santos Mosquera]. Barcelona: Paidós.

### 3. Referências gerais

- ALBUQUERQUE, Luiz da Silva Mouzinho de.(1823). *Ideas sobre o Estabelecimento da Instrução Publica*. Paris: A. BOBÉE (Impressor da sociedade Real Academica das Sciencias de Parîs).
- AMORÓS, Celia; AGRA, Maria Xosé; CAMPILLO, Neus; PARDINA, Teresa López; MOLINA, Cristina; CAVANA, María Luisa Pérez; POSADA, Luisa; PUELO, Alicia; VALCÁRCEL, Amelia (2000). *Feminismo y Filosofía*. Madrid: Editorial Síntesis, S.A.
- ARENDT, Hannah (2001). *A Condição Humana*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- ARENDT, Hannah (1961). *Between Past and Future: Six Exercises in Political Thought*. New York: Viking Press, 173-196.

- CAEIRO, António Jorge Castro (2002). *A areté como possibilidade extrema do humano: fenomenologia da praxis em Platão e Aristóteles* / António Caeiro. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda [Tese de dout. Filosofia, Univ. Nova de Lisboa, 1997].
- CAMPS, Victoria (1998). *El siglo de las mujeres*. Madrid: Ediciones Cátedra, S.A.
- CYFER, Ingrid (2010). Liberalismo e Feminismo: Igualdade de Género. Pateman, Carole e Nussbaum, Martha. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba (Junho), vol.18, nº36,135-146.
- JASPERS, Karl (2003). *Os mestres da humanidade: Sócrates, Buda, Confúcio, Jesus*. Nota de Apresentação de Anselmo Borges. Coimbra: Almedina.
- KUKATHAS, Chandran and PETIT, Philip (2005). «Uma Teoria Da Justiça» e os seus críticos. .2ª ed. Lisboa: Gradiva.
- MACEDO, Ana Grabiela e AMARAL, Ana Luísa (2005). *Dicionário da Crítica Feminista*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.
- MILL, Jonh Stuart and MILL, Harriet Taylor (2001). *Ensayos sobre la igualdad sexual*, Valencia: Ediciones Catedra.
- MOREIRA,Carlos Diogo (1994). *Planeamento e Estratégias de Investigação Social*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
- NODDINGS, Nel (1984). *Caring: A Feminine Approach to Ethics and Moral Education*. Berkeley: University of California Press.
- NODDINGS, Nel (2007). *Philosophy of Education*. 2<sup>nd</sup>. Colorado: Ed. Boulder CO: Westview.
- PLATÃO (2001). *República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- HENRIQUES, Fernanda (2011). *A Relação entre a Filosofia e a Leitura: Dois exemplos na Filosofia do Século XX: Paul Ricoeur e Martha Nussbaum*. Évora: Universidade de Évora.

HENRIQUES, Maria Fernanda (2010). Concepções filosóficas e representações do feminino: Subsídio para uma hermenêutica crítica da tradição filosófica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Lisboa (Junho) nº89, 11-28.

HENRIQUES, Maria Fernanda (1998). Rousseau e a exclusão das mulheres de uma cidadania efectiva. In FERREIRA, M<sup>a</sup> Luísa R. (org.). *O que os filósofos pensam das mulheres*. Lisboa: CF-UL, 171-190.

PINTASSILGO, Maria de Lurdes (1998). As mulheres, a cidadania e a sociedade activa. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 50, 15-26.

RAWLS, John (1993). *Uma teoria da justiça*. Lisboa: Editorial Presença.

SILVA, Ana Isabel Gama e SERRÃO, Adriana Veríssimo (2006). *O conceito de justiça poética em Martha Nussbaum*. Lisboa: Fac. de Letras, Universidade de Lisboa. [Tese mestrado, Filosofia, Estética e Filosofia da Arte]

STOER, R.Stephen (1982). *Educação, Estado e Desenvolvimento*. Lisboa: Livros Horizonte.

TORGAL, Luís Reis e Vargues, Isabel Nobre (1984). *A revolução de 1820 e a Instrução Pública*. Porto: Paisagem Editora.

WARBURTON, Nigel (2012). *Uma pequena história da filosofia*. Lisboa: Edições 70.

YOUNG, Michael and MULLER, Johan (2007). Verdade e veracidade na sociologia do conhecimento educacional. *Educação em Revista*. Belo Horizonte (Junho), vol.45,159-196.

#### **4. Webgrafia sobre Martha Nussbaum**

[en.wikipedia.org/wiki/Martha\\_Nussbaum](http://en.wikipedia.org/wiki/Martha_Nussbaum)

[www.robertoynton.com/articleDisplay.php](http://www.robertoynton.com/articleDisplay.php)

[unrulybidies.wordpress.com/.../martha-nussbaum](http://unrulybidies.wordpress.com/.../martha-nussbaum)

[ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/05/01o-conceito-de-genero-por-Judith-butler-aquestão-daperformatividade](http://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/05/01o-conceito-de-genero-por-Judith-butler-aquestão-daperformatividade)

[Www.tandfonline.com/loi/riph20](http://www.tandfonline.com/loi/riph20)

[Http://dx.doi.org/10.1080/09672559708570842](http://dx.doi.org/10.1080/09672559708570842)

[Http://www.tandfonline.com/page/termsand-conditions](http://www.tandfonline.com/page/termsand-conditions)

[Http://www.feminismo.org.br](http://www.feminismo.org.br)

[Http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2002000100009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009)